



Estado da Bahia

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO AMBIENTAL

DIRETORIA DE PESQUISAS E ESTUDOS AMBIENTAIS

ESTUDO TÉCNICO

**PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO NA ÁREA DO SÍTIO NATURA EM
NOVA VIÇOSA, BAHIA**

ABRIL/2026

Jerônimo Rodrigues

Governador do Estado da Bahia

Eduardo Mendonça Sodré Martins

Secretário Estadual de Meio Ambiente – SEMA

Luiz Carlos de Araujo Junior

Superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental – SPA

Iaraci dos Santos Dias

Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais – SPA/DIPEA

Poliana Gonçalves Sousa

Coordenadora de Planejamento de Áreas Protegidas - SPA/DIPEA

Carolina Prudente de Oliveira

Coordenadora de Proteção da Biodiversidade – SPA/DIPEA

Juliana Mattos Rocha

Coordenadora de Criação de Áreas protegidas – SPA/DIPEA

Ciro Tavares Florence – SIDA/DIPPA

Coordenador Técnico

Nívea Santana Pinheiro

Assessora Técnica - SPA/DIPEA

Nestor Soto Blanco

Assessor Técnico - SEMA/GAB

LISTA DE FIGURAS

Figura	Descrição	Página
Figura 01.	Mapa de localização da Unidade de Conservação proposta em relação município de Nova Viçosa.	08
Figura 02.	Mapa evidenciando a distância de 7,062 km entre a sede municipal e a Unidade de Conservação proposta.	10
Figura 03.	Mapa de localização da Unidade de Conservação proposta com imagem de satélite.	11
Figura 04.	Mapa de localização da Unidade de Conservação proposta em relação outras Unidades de Conservação do extremo sul da Bahia.	13
Figura 05.	Mapa de localização da Unidade de Conservação proposta em relação a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.	14
Figura 06.	Relevo plano com ocorrência de charco próximas à área de estudo.	15
Figura 07.	Em recuo, o terraço marinho com aparente ruptura de declive, constituído por material arenoso, seguindo adiante a faixa de areia da praia e o Oceano Atlântico.	16
Figura 08.	Mapa evidenciando a geomorfologia da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta.	17
Figura 09.	Mapa evidenciando a hipsometria da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta.	17
Figura 10.	Mapa evidenciando a pedologia da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta.	18
Figura 11.	A esquerda, neossolo quartzarênico em tons escuros na parte superior (horizonte A enriquecido com matéria orgânica decomposta) e tons claros na parte inferior (horizonte C característico por material mineral inconsolidado, pouco afetado por processos pedogenéticos).	19
Figura 12.	Mapa evidenciando a hidrografia da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta.	20
Figura 13.	Climograma com médias referentes aos dados de pluviometria e temperatura, em Nova Viçosa (BA).	21
Figura 14.	Médias referentes aos dados de pluviometria ao longo de trinta anos, em Nova Viçosa (BA).	22
Figura 15.	Médias referentes aos dados de temperatura ao longo de trinta anos, em Nova Viçosa (BA).	22
Figura 16.	Gráfico indicando variação de umidade relativa do ar ao longo do ano (%), em Caravela (BA).	23
Figura 17.	Gráfico indicando variação de insolação ao longo do ano (h), em Caravela (BA).	24
Figura 18.	Gráfico indicando a intensidade dos ventos (m/s) ao longo do ano, em Caravela (BA).	24
Figura 19.	Gráfico indicando o balanço hídrico para a bacia do rio Caravelas (BA).	25
Figura 20.	Mapa evidenciando as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta.	28

Figura 21.	Mapa evidenciando a cobertura vegetal da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta.	30
Figura 22.	Registro da lateral direita da trilha e fitofisionomia herbáceo arbustiva típica de estágios iniciais de restinga.	32
Figura 23.	Registro de indivíduo de <i>Allagoptera arenaria</i> .	32
Figura 24.	Registros que indicam consolidação de restinga arbórea com evidências de transição para fitofisionomia de floresta.	33
Figura 25.	Registros que indicam consolidação de restinga arbórea com evidências de transição para fitofisionomia de floresta.	33
Figura 26.	Registros que indicam consolidação de restinga arbórea com evidências de transição para fitofisionomia de floresta.	33
Figura 27.	Registros que indicam consolidação de restinga arbórea com evidências de transição para fitofisionomia de floresta.	33
Figura 28.	Evidência de ovos de tartarugas marinhas sem identificação.	40
Figura 29.	Evidência de uso pela população local da área costeira na praia contígua à área de estudo.	48
Figura 30.	Mapa evidenciando as áreas prioritárias para conservação da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta.	52
Figura 31.	Mapa evidenciando risco climático, em relação a biodiversidade, na região onde se insere a Unidade de Conservação proposta.	56
Figura 32.	Mapa das estruturas identificadas.	64
Figura 33.	Obras de Krajcberg acondicionadas em estrutura na área de visita.	65
Figura 34.	Obras de Krajcberg acondicionadas em estrutura na área de visita.	65

LISTA DE TABELAS

Tabela	Descrição	Página
Tabela 01.	Lista de espécies de vegetação nativa com possibilidade de ocorrência na região da área de estudo.	35
Tabela 02.	Lista de espécies de fauna nativa com possibilidade de ocorrência na região da área de estudo.	41

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	07
2.	LOCALIZAÇÃO E CONTEXTO TERRITORIAL.....	08
3.	CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO.....	15
4.	CARACTERIZAÇÃO DO MEIO BIOLÓGICO.....	26
4.1.	Flora.....	30
4.2.	Fauna.....	38
5.	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E USO DA TERRA.....	47
6.	SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS.....	52
7.	PRESSÕES E AMEAÇAS.....	56
8.	INSERÇÃO EM ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO.	60
9.	POTENCIAL PARA USO PÚBLICO.....	62
10.	LEGADO DE FRANS KRAJCBERG.....	67
11.	SITUAÇÃO FUNDIÁRIA.....	70
12.	CONCLUSÃO.....	71
13.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72
ANEXO I	ESTRUTURAS REGISTRADAS NA ÁREA DE ESTUDO RELACIONADAS À OBRA E VIDA DE FRANS KRAJCBERG.....	82

1. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A proposição de criação de uma Unidade de Conservação na área conhecida como Sítio Natura, insere-se em um contexto territorial marcado por transformações aceleradas no uso e ocupação do solo, especialmente nas áreas costeiras do extremo sul da Bahia. Trata-se de uma região reconhecida por sua elevada relevância ecológica, onde remanescentes da Mata Atlântica coexistem com sistemas de restinga, manguezais e ambientes marinhos interligados, formando um mosaico ambiental de alta complexidade e sensibilidade.

Nesse cenário, o Sítio Natura constitui patrimônio público doado ao Estado da Bahia pelo militante ecológico Frans Krajcberg com o objetivo de proteger suas obras e ideias, destaca-se não apenas pela preservação de atributos naturais representativos desses ecossistemas, mas também por sua localização estratégica na interface entre o tecido urbano de Nova Viçosa e a zona costeira. Com aproximadamente 51,5 hectares, a área configura um dos raros fragmentos de restinga urbana ainda funcional, condição que, por si só, já a posiciona como elemento prioritário para conservação.

A proposta foi motivada por solicitação do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – IPAC, encontrando respaldo na Lei Estadual nº 10.431/2006, que institui a Política de Meio Ambiente e Proteção à Biodiversidade do Estado da Bahia, visando proteger os atributos naturais da área.

A criação de uma unidade, nesse sentido, não se limita à proteção de um fragmento ambiental isolado, mas se configura como instrumento de ordenamento territorial, capaz de antecipar e mitigar processos de degradação associados à expansão urbana desordenada, ao mesmo tempo em que estrutura o uso público de forma compatível com a capacidade de suporte do ambiente.

A formação histórica do município remonta à ocupação indígena por povos aimorés. A partir de 1720, colonos oriundos da região de Mucuri estabeleceram o povoado de Campinhos, às margens do rio Peruípe. Entre os agentes desse processo destaca-se São Domingos Monteiro, responsável pela construção, em 1748, da capela de Nossa Senhora da Conceição. Em 1798, o povoado foi elevado à categoria de vila com a denominação de Viçosa. Em 1911, passou à condição de município, sendo posteriormente incorporado a Mucuri em 1931. Após mudanças de denominação ao longo das décadas seguintes, consolidou-se como Nova Viçosa em 1953, alcançando emancipação político-administrativa em 1962 (IBGE, s. d.).

A região do extremo sul do estado da Bahia apresenta relevância no cenário nacional em função da articulação entre diferentes componentes ecológicos e territoriais. Destacam-se, nesse contexto, as formações coralíneas do Atlântico Sul e os remanescentes florestais da Mata Atlântica, cuja coexistência sustenta elevada diversidade biológica e processos ecológicos complexos.

Esse conjunto de características favoreceu a estruturação de uma rede diversificada de áreas protegidas, composta por instrumentos de distintas naturezas e escalas. Entre eles, incluem-se o Corredor Central da Mata Atlântica, a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, áreas reconhecidas como Patrimônio Mundial Natural pela UNESCO e o tombamento do Sítio do Descobrimento pelo IPHAN. A esse arranjo somam-se Terras Indígenas, unidades de conservação nas esferas federal, estadual e municipal, além de Reservas Particulares do Patrimônio Natural, configurando um dos principais centros de endemismo da Mata Atlântica.

A dimensão sociocultural da região também é relevante, evidenciada pela presença de povos indígenas Pataxó, comunidades pesqueiras tradicionais e grupos quilombolas. Esses grupos mantêm práticas diretamente associadas ao uso dos recursos naturais, estabelecendo relações territoriais que contribuem para a conservação da biodiversidade (HERCOG; NÓBREGA, 2012).

Em paralelo, a organização do território é influenciada por atividades econômicas de caráter extensivo, com predominância da pecuária e de monoculturas, especialmente de eucalipto. A interação entre esse modelo produtivo e os atributos ambientais e culturais da região tem resultado em conflitos associados a processos de desmatamento, uso do fogo, sobrepesca, turismo não sustentável, exploração madeireira, expansão da ocupação costeira e tráfico de fauna silvestre (HERCOG; NÓBREGA, 2012).

No campo do planejamento regional, a área integra a Zona Turística da Costa das Baleias, instituída pelo Governo do Estado da Bahia no início da década de 1990,

no âmbito do Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (Prodetur/BA). Essa zona abrange os municípios de Alcobaça, Caravelas, Itamaraju, Itanhém, Mucuri, Nova Viçosa, Prado e Teixeira de Freitas. Neste arranjo, o município de Teixeira de Freitas exerce função de articulação regional, em razão de sua localização na BR-101 e de seu papel econômico, contribuindo para a organização das atividades turísticas nos municípios litorâneos.

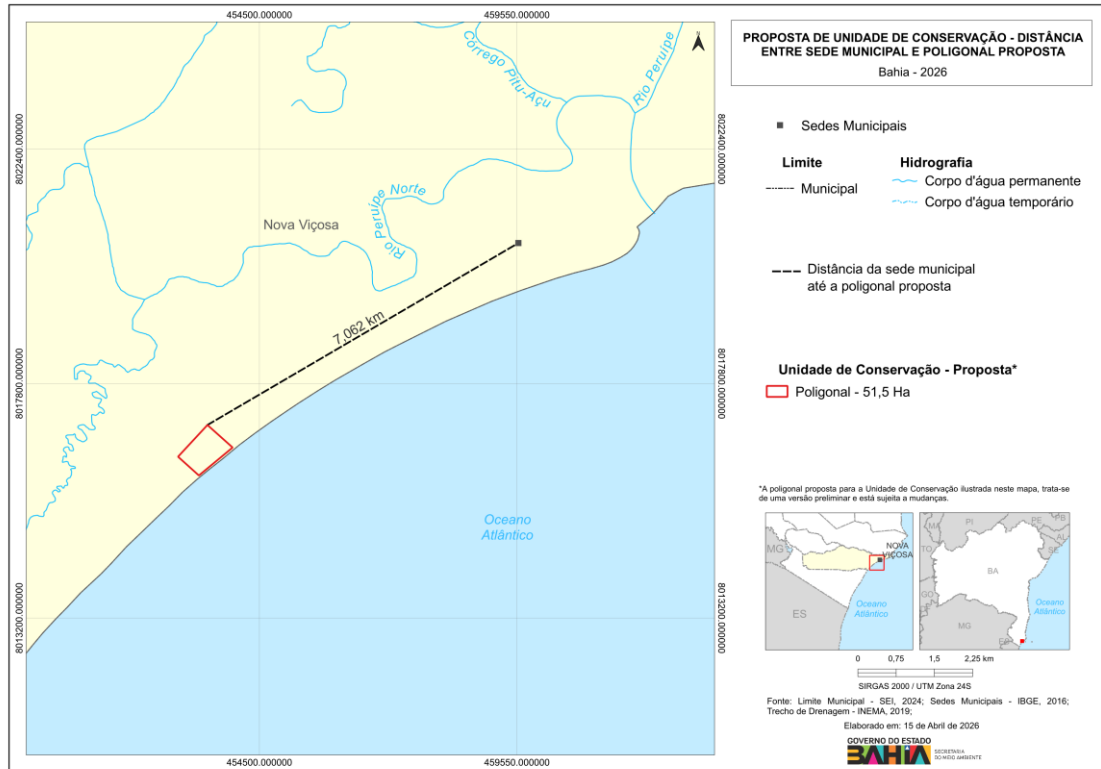


Figura 02. Mapa evidenciando a distância de 7,062 km entre a sede municipal e a Unidade de Conservação proposta. Elaboração: SEMA, 2026.

A área de estudo situa-se nesse contexto, desempenhando função de transição entre o espaço urbano e os ambientes naturais costeiros, o que a torna suscetível à expansão urbana e, simultaneamente, relevante para a contenção de processos de ocupação sobre áreas ambientalmente sensíveis. Destaca-se ainda sua proximidade com a Reserva Extrativista de Cassurubá, o que reforça sua importância na manutenção de processos ecológicos e na conectividade entre ambientes naturais.

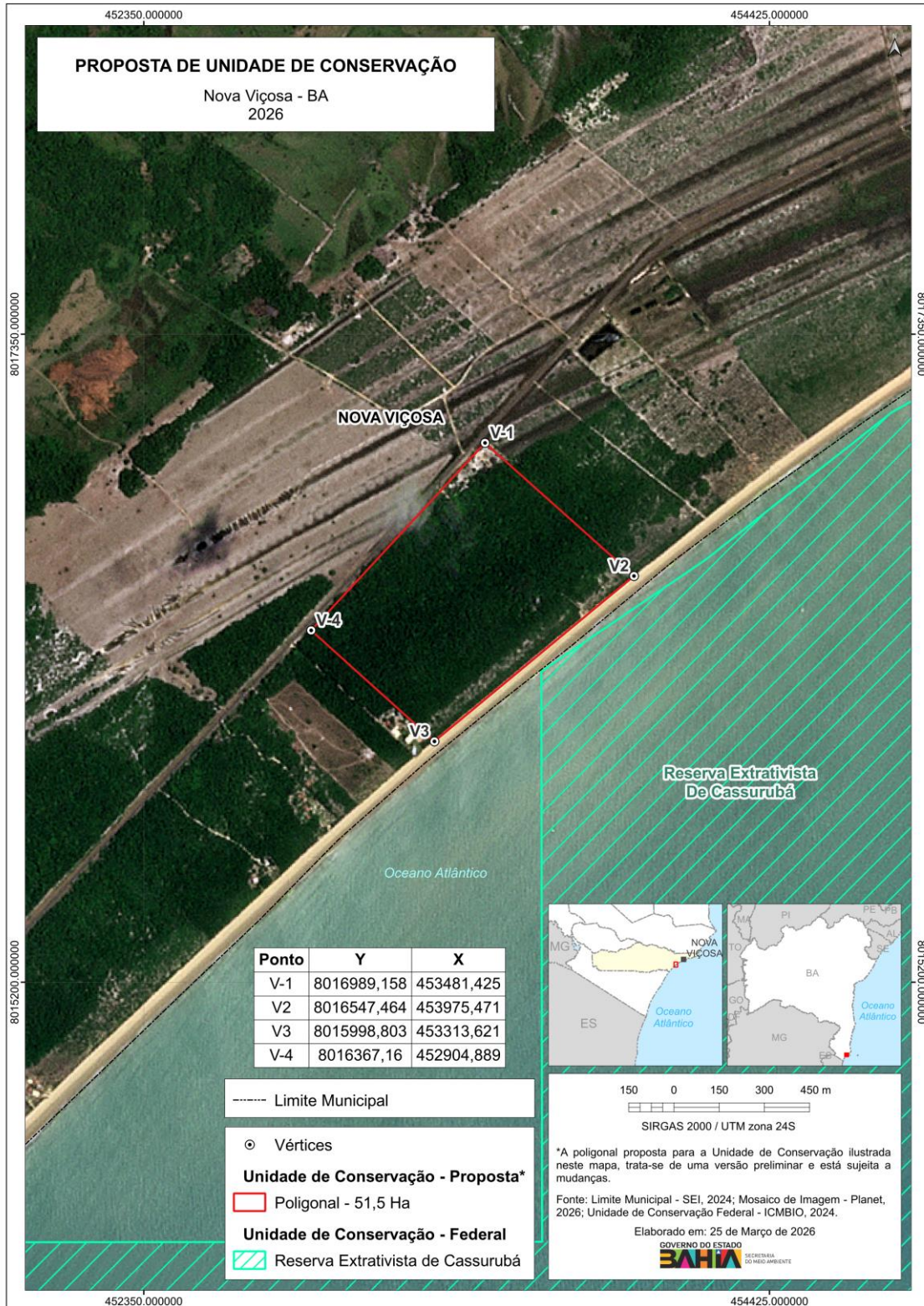


Figura 03: Mapa de localização da Unidade de Conservação proposta com imagem de satélite. Elaboração: SEMA, 2026.

No bioma Mata Atlântica, a área de estudo insere-se em uma das regiões de maior relevância ecológica do país. A Mata Atlântica foi reconhecida como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988, e sua proteção foi posteriormente regulamentada pela Lei Federal nº 11.428/2006, que estabelece critérios para conservação e uso da vegetação nativa em diferentes estágios de regeneração. Ressalta-se, entretanto, que a área de estudo não está incluída na área de aplicação dessa legislação específica.

A região integra também o Corredor Central da Mata Atlântica, iniciativa voltada à redução da fragmentação florestal e à promoção da conectividade entre ecossistemas. Esse corredor abrange o sul da Bahia e o estado do Espírito Santo, incluindo ambientes terrestres e marinhos, totalizando aproximadamente 21,3 milhões de hectares. Nesse território, encontram-se 245 unidades de conservação, que cobrem cerca de 8% da área total (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2015). A diversidade ambiental inclui formações florestais, restingas, manguezais e recifes coralíneos, além de áreas marinhas de elevada relevância biológica, como o Banco dos Abrolhos.

O estado da Bahia concentra a maior parte da área protegida do corredor, com cerca de 1.465.346,36 hectares, o que representa aproximadamente 82,6% do total protegido, além de abrigar 130 unidades de conservação, equivalentes a 53,1% do total existente (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2015). Nesse contexto, a área de estudo situa-se em uma região caracterizada pela elevada diversidade biológica e pela articulação entre diferentes instrumentos de conservação.

No contexto regional de gestão integrada, destaca-se o Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia - MAPES, instituído pela Portaria MMA nº 492/2010. Estruturado com o objetivo de articular ações entre instituições públicas, organizações sociais e comunidades locais, visando à conservação da Mata Atlântica e à melhoria das condições de vida das populações, destaca-se pelo fortalecimento da rede regional de áreas protegidas, a ampliação da incidência sobre políticas públicas, a promoção da conectividade ecológica e a valorização da diversidade sociocultural, incluindo povos indígenas, agricultores familiares e pescadores artesanais.

O mosaico reúne unidades de conservação de diferentes categorias, como o Parque Nacional do Pau Brasil, o Parque Nacional do Monte Pascoal, o Parque Nacional do Descobrimento, a Reserva Extrativista Marinha do Corumbau, o Refúgio de Vida Silvestre Rio dos Frades, além de Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural, compondo um sistema territorial relevante para a conservação no extremo sul da Bahia. Embora a área de estudo não integre formalmente o mosaico, compartilha características ecológicas e

territoriais com as unidades que o compõem, inserindo-se em dinâmica semelhante de pressões e estratégias de conservação.

De fato, a área de estudo localiza-se próxima às unidades de conservação municipais (Parque Natural Municipal Marinho Recife de Areia e Área de Proteção Ambiental Costa Dourada), unidades de conservação estaduais (Área de Proteção Ambiental da Ponta da Baleia/Abrolhos) e unidades de conservação federais (Reserva Extrativista de Cassurubá).

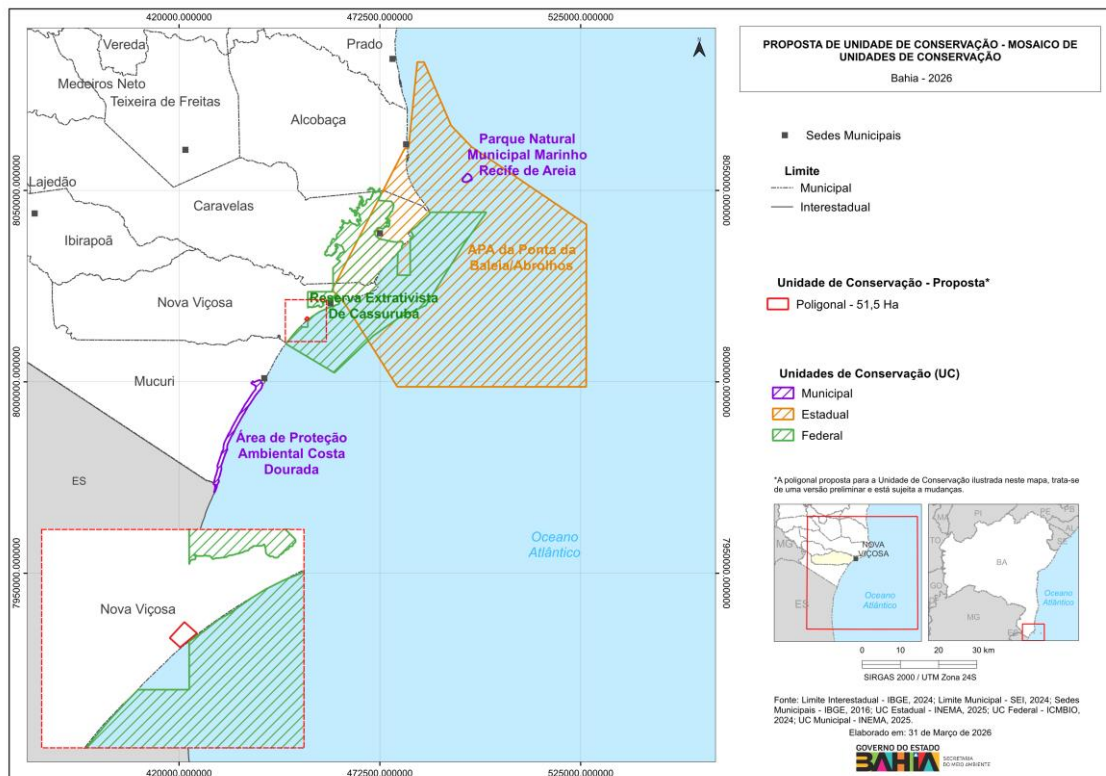


Figura 04. Mapa de localização da Unidade de Conservação proposta em relação a outras Unidades de Conservação do extremo sul da Bahia. Elaboração: SEMA, 2026.

A área de estudo também se insere na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecida pela UNESCO no âmbito do Programa *Man and the Biosphere (MaB)*. Instituída em 1991, a RBMA constitui a maior reserva desse tipo no país, abrangendo aproximadamente 89,7 milhões de hectares distribuídos em 17 estados brasileiros (CN-RBMA, 2020). Sua extensão acompanha grande parte do litoral brasileiro e regiões interiores, concentrando significativa parcela da população e da atividade econômica nacional (CN-RBMA, 2020).

A reserva tem como finalidade promover a conservação da biodiversidade associada ao desenvolvimento sustentável, integrando ações de pesquisa,

monitoramento ambiental e educação. Sua estrutura é organizada em diferentes zonas de manejo, incluindo áreas núcleo, zonas de amortecimento e corredores ecológicos. A região onde se localiza a área de estudo foi incorporada à RBMA a partir de sua quarta fase de expansão (CN-RBMA, 2004), passando a integrar um sistema que atualmente cobre cerca de 66% da área original do bioma (CN-RBMA, 2020).

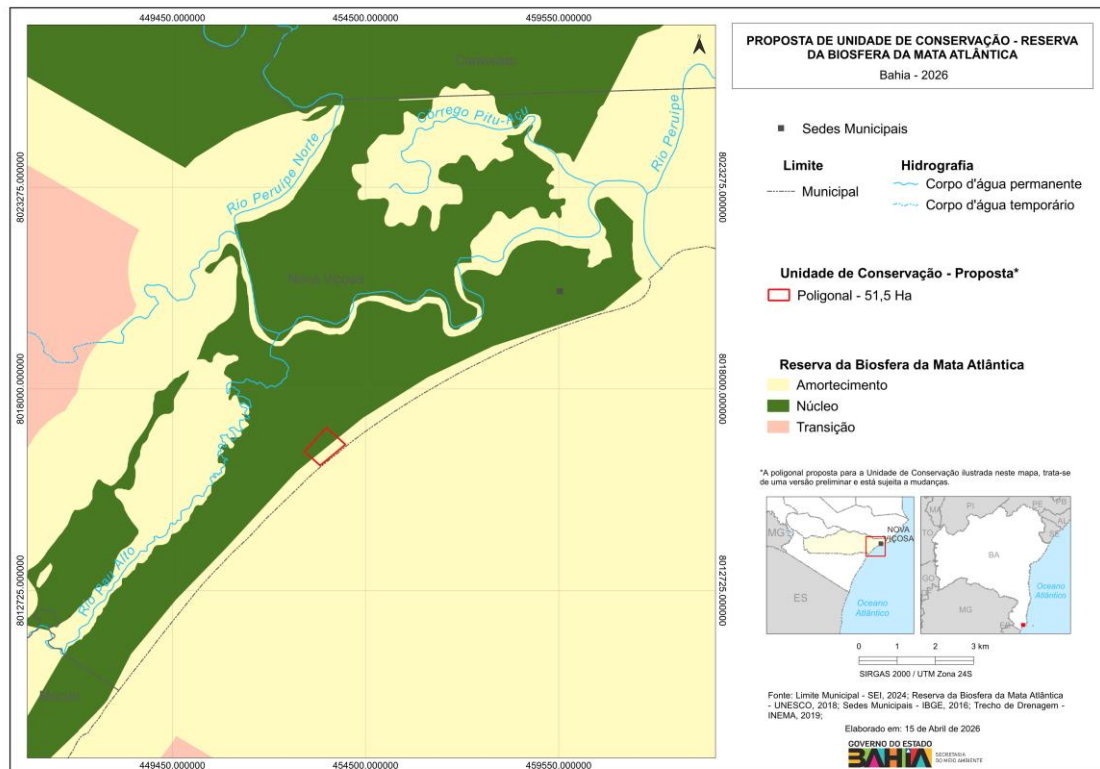


Figura 05. Mapa de localização da Unidade de Conservação proposta em relação a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Elaboração: SEMA, 2026.

Nesse contexto, a inserção territorial da área de estudo evidencia sua relevância para a conservação regional, especialmente no que se refere à manutenção da conectividade ecológica, ao suporte a unidades de conservação existentes e à integração com instrumentos de planejamento ambiental em diferentes escalas.

3. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO

A área apresenta configuração típica de planície costeira, sendo dominada por solos arenosos, pouco evoluídos, de baixa fertilidade natural e elevada permeabilidade. Essas características impõem restrições ao desenvolvimento da vegetação e exercem forte influência sobre a dinâmica ecológica local. Nesses ambientes, diferentemente de solos mais férteis, a disponibilidade de nutrientes está fortemente vinculada à ciclagem interna da matéria orgânica produzida pela própria vegetação. Dessa forma, a cobertura vegetal assume papel essencial para a manutenção do sistema, uma vez que sua remoção compromete diretamente o ciclo de nutrientes e reduz significativamente a capacidade de regeneração do ambiente.

Sob o ponto de vista geomorfológico, a área insere-se em um conjunto de planícies costeiras formadas pela atuação combinada de processos marinhos e fluviais ao longo do Quaternário. Esse contexto resulta em uma paisagem predominantemente plana, caracterizada pela presença de cordões arenosos, depressões e áreas sujeitas a alagamentos periódicos. Mesmo discretas, essas variações topográficas condicionam diferenças nos níveis de umidade, salinidade e estabilidade do substrato, refletindo-se na heterogeneidade ambiental e na diversidade de habitats.



Figura 06. Relevo plano com ocorrência de charco próximas à área de estudo.



Figura 07. Em recuo, o terraço marinho com aparente ruptura de declive, constituído por material arenoso, seguindo adiante a faixa de areia da praia e o Oceano Atlântico.

A área localiza-se na Planície Costeira de Caravelas, em altitudes variando entre 10 e 20 metros acima do nível do mar (IBGE, 2009). Essa unidade geomorfológica é composta por superfícies planas ou suavemente onduladas, associadas a processos de sedimentação recente. O relevo corresponde a um terraço de origem

marinha, com leve inclinação em direção ao oceano, podendo apresentar descontinuidades no relevo decorrentes de oscilações do nível do mar, processos erosivos ou influências neotectônicas (IBGE, 2009).

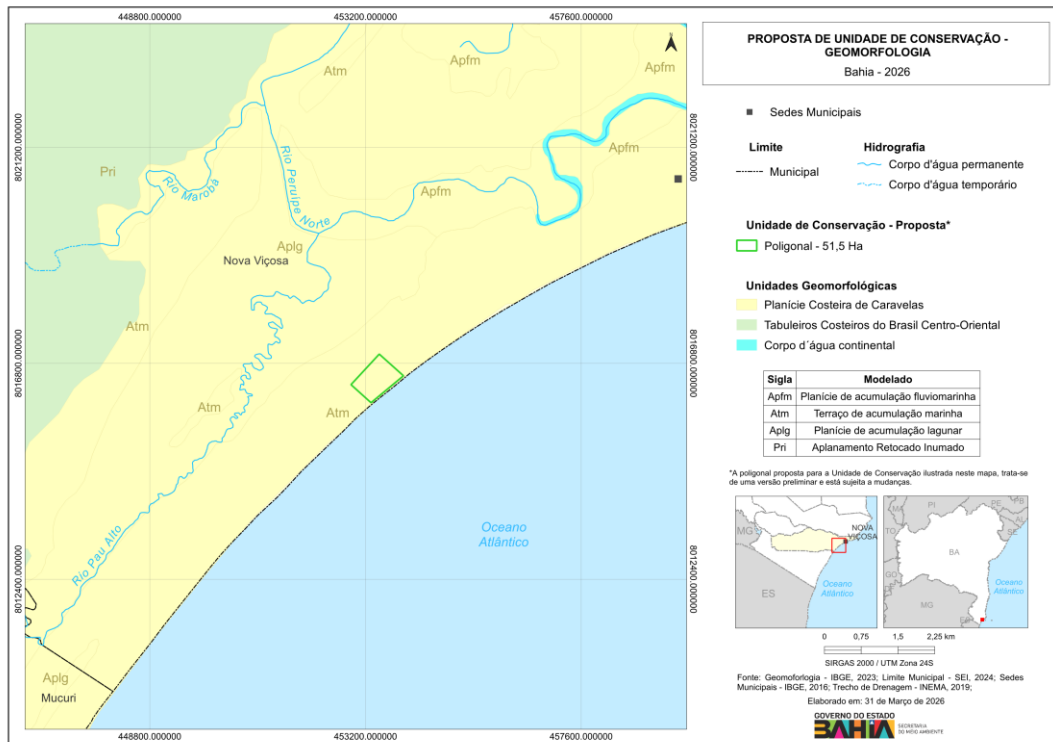


Figura 08. Mapa evidenciando a geomorfologia da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta. Elaboração: SEMA, 2026.

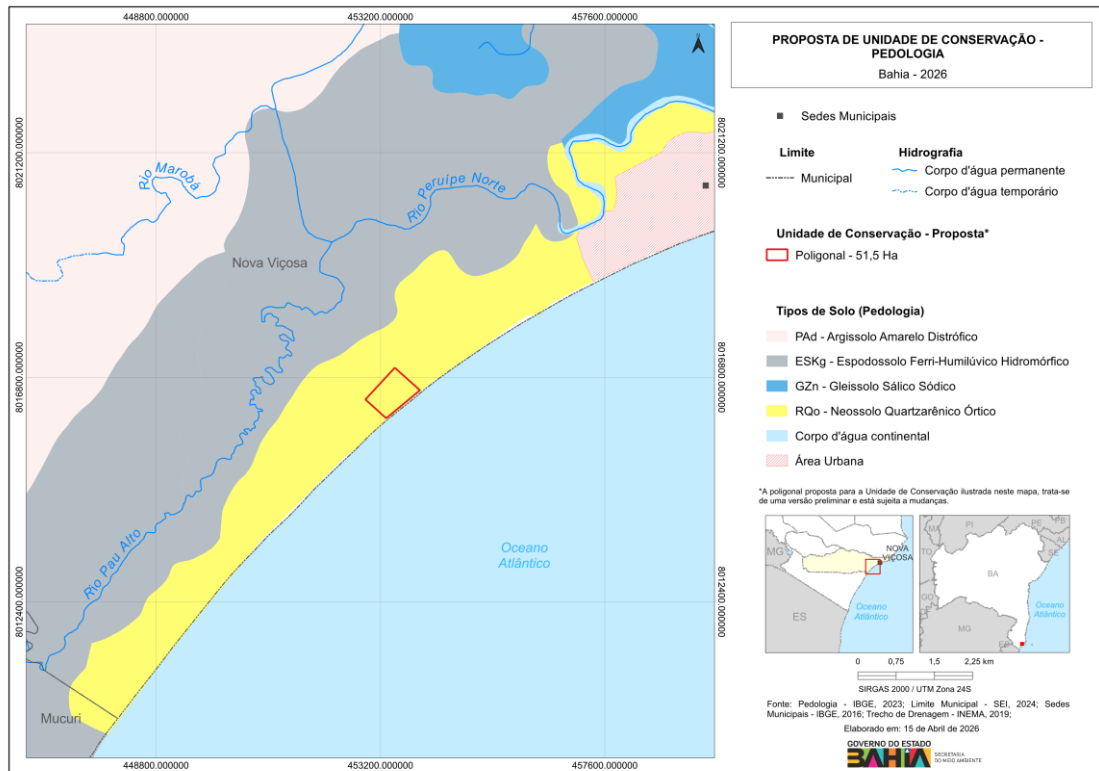


Figura 10. Mapa evidenciando a pedologia da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta. Elaboração: SEMA, 2026.



Figura 11. A esquerda, neossolo quartzarênico em tons escuros na parte superior (horizonte A enriquecido com matéria orgânica decomposta) e tons claros na parte inferior (horizonte C característico por material mineral inconsolidado, pouco afetado por processos pedogenéticos).

São solos compostos principalmente por material quartzoso, o que os tornam suscetíveis à erosão, altamente drenáveis, com baixa capacidade de retenção de

água e nutrientes (EMBRAPA, 2020). Ocorrem, principalmente, em relevos de formas planas ou suavemente onduladas, onde os processos erosivos não são intensos, no entanto, devido a característica arenosa é necessário direcionar atenção para áreas onde há sua ocorrência (ALMEIDA; ZARONI; SANTOS, 2013).

A elevada permeabilidade desses solos favorece a infiltração da água da chuva, contribuindo para a recarga de aquíferos subterrâneos. Esse processo tem papel importante na manutenção do equilíbrio hídrico, tanto em escala local quanto regional. Em áreas costeiras, essa função ganha ainda mais relevância, pois a disponibilidade de água doce depende diretamente da capacidade de infiltração e armazenamento no subsolo. A conservação da vegetação atua como fator regulador desse processo, reduzindo o escoamento superficial, evitando a perda de água e contribuindo para a estabilidade do lençol freático.

No que se refere à hidrografia, a área insere-se parcialmente na bacia do rio Peruípe, localizada no extremo sul da Bahia (FARIAS *et al.*, 2020). Essa bacia abrange municípios como Caravelas, Ibirapuã, Lajedão, Nova Viçosa e Teixeira de Freitas, sendo limitada pelas bacias dos rios Itanhém, ao norte, e Mucuri, ao sul, além do Oceano Atlântico a leste (FARIAS *et al.*, 2020).

A bacia do rio Peruípe integra a Região de Planejamento e Gestão das Águas III (RPGA III), localizada próximo à divisa da Bahia com o estado de Minas Gerais, abarcando 15 municípios (parcial e totalmente), e tem como principais cursos d'água os rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu (INEMA, *s.d.*). Estudos recentes apontam tendência de redução das vazões mínimas, o que pode comprometer a segurança hídrica e afetar o funcionamento dos ecossistemas aquáticos (FARIAS *et al.*, 2020).

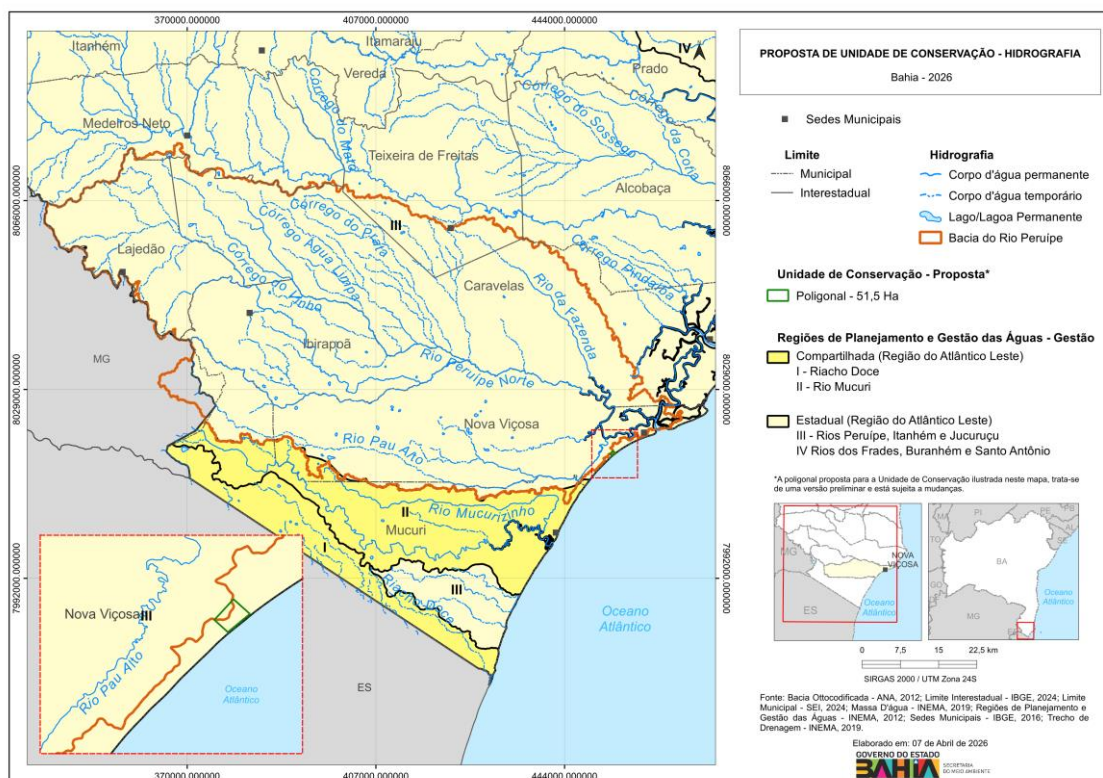


Figura 12. Mapa evidenciando a hidrografia da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta. Elaboração: SEMA, 2026.

A ocupação antrópica nas bacias hidrográficas, especialmente por atividades pecuárias, que ocupam cerca de 36% da área, contribui para a compactação dos solos, redução da infiltração e intensificação de processos erosivos e de inundação (SEPLAN, 2016). Além disso, a supressão da vegetação compromete tanto a quantidade quanto a qualidade dos recursos hídricos. Segundo a Secretaria de Planejamento (SEPLAN, 2016), parte significativa da área das bacias (36% do total) está sendo ocupada por atividades pecuárias, que por sua vez, contribuem para a compactação dos solos e sua capacidade de infiltração, influenciando na intensificação de processo erosivos e inundações.

Em relação ao clima, a área apresenta padrão tropical úmido a superúmido, sem estação seca definida, com temperaturas médias superiores a 18°C ao longo do ano (IBGE, 2002).

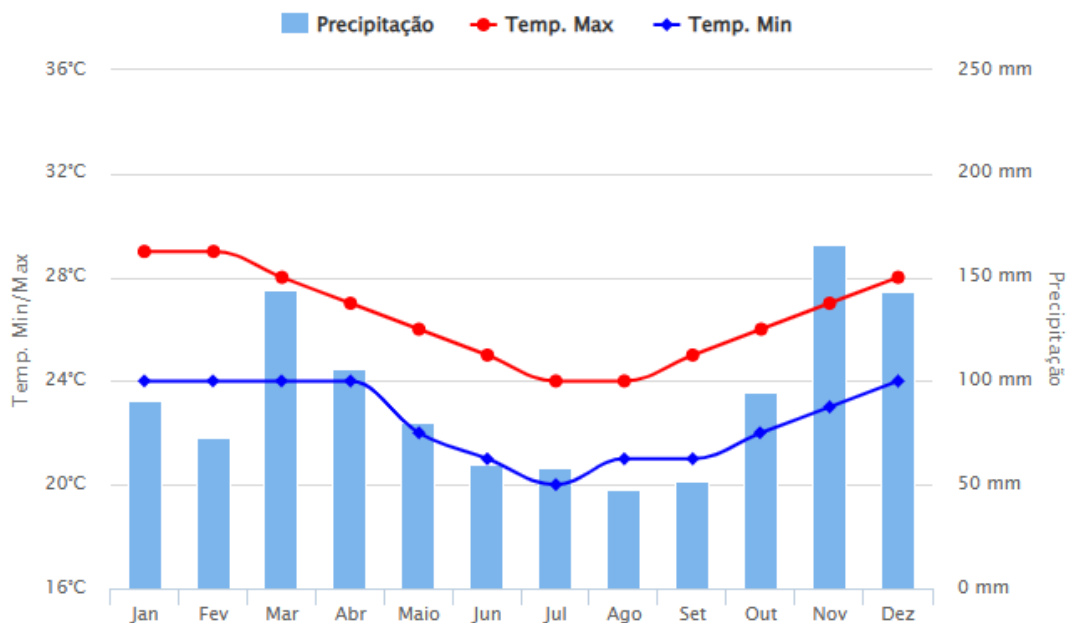


Figura 13. Climograma com médias referentes aos dados de pluviometria e temperatura, em Nova Viçosa (BA). Elaboração: SEMA, 2026.

Em relação ao regime pluviométrico, o município de Nova Viçosa registra 1116 mm, em média, de precipitação ao ano, com ausência de estação seca, o período chuvoso concentra-se de maneira intensa nos meses de outubro a dezembro, no entanto, estas chuvas são constantes ao longo do ano, tendendo a diminuir durante a passagem do outono para o inverno, quando há redução da temperatura (CLIMATEMPO, s.d.). No decorrer de trinta anos, conforme Climatempo (s.d.), o município registrou máxima de temperatura de 29° C (janeiro e fevereiro) e mínima de 20° C (julho).

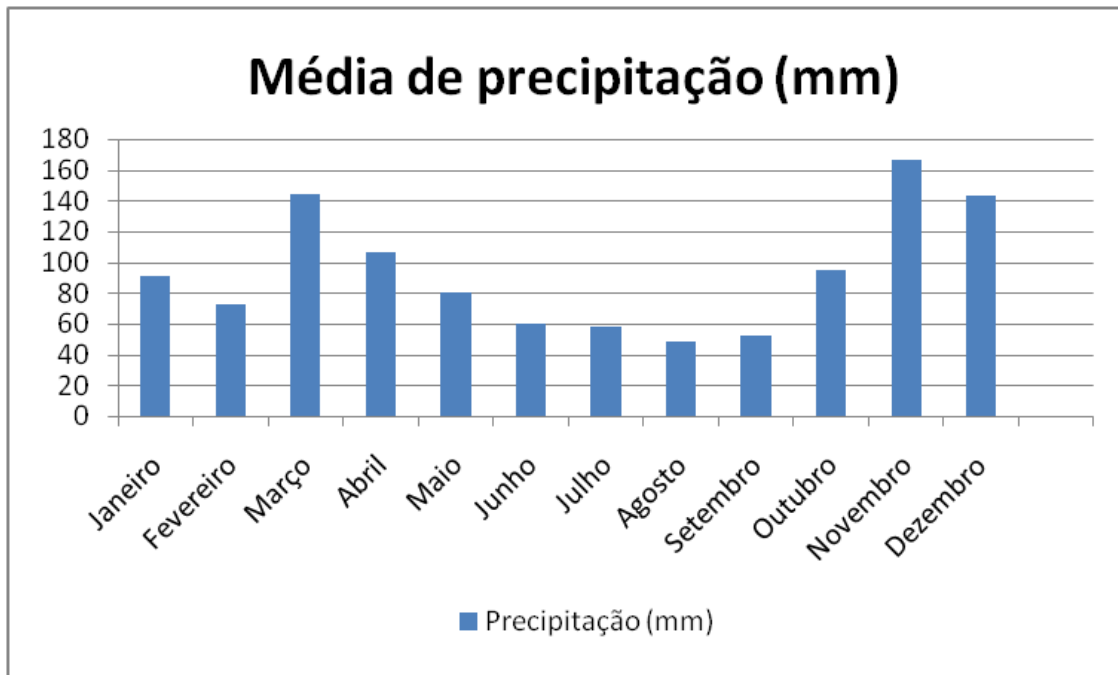


Figura 14. Médias referentes aos dados de pluviometria ao longo de trinta anos, em Nova Viçosa (BA). Elaboração: SEMA, 2026.

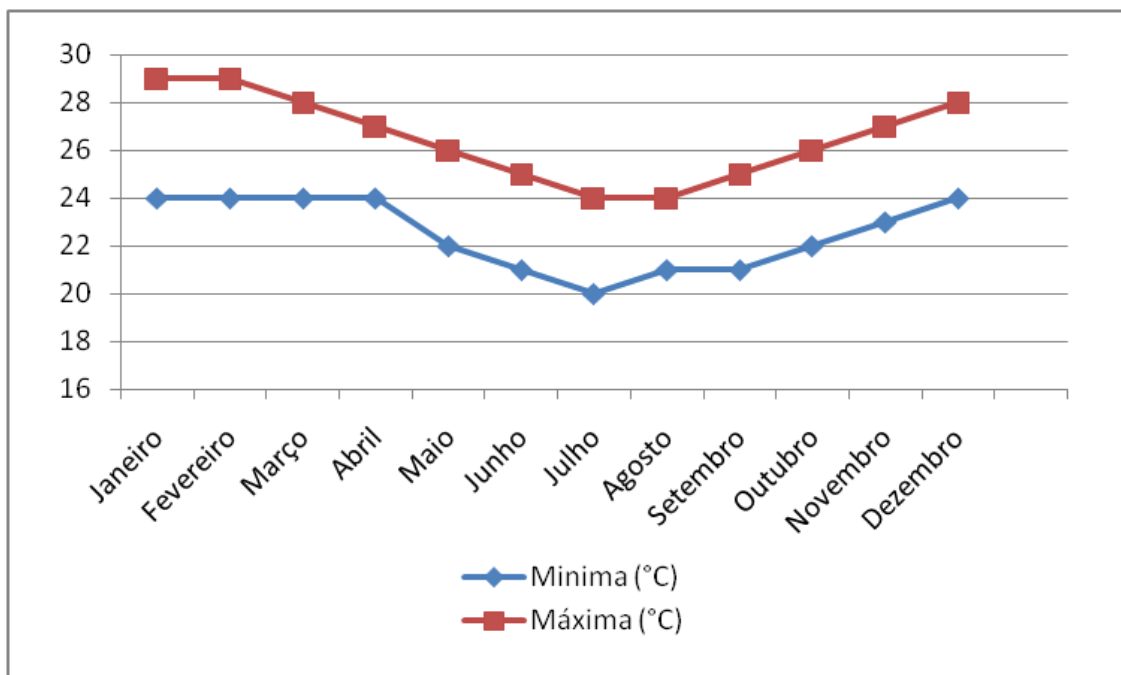


Figura 15. Médias referentes aos dados de temperatura ao longo de trinta anos, em Nova Viçosa (BA). Elaboração: SEMA, 2026.

Dada a proximidade do município de Caravelas com a poligonal proposta da Unidade de Conservação, pode ser relevante apresentar outras informações desta localidade acerca das variáveis climáticas que não puderam ser identificadas no município de Nova Viçosa, como umidade relativa, insolação e intensidade dos ventos. Em Caravelas, a umidade relativa média alcança 81,7%, ao ano, com poucas variações ao longo deste, tendo o menor registro médio de 79,6%, que coincide com o final do período mais seco, e o maior registro médio de 84,5%, em junho (INMET, 2021).

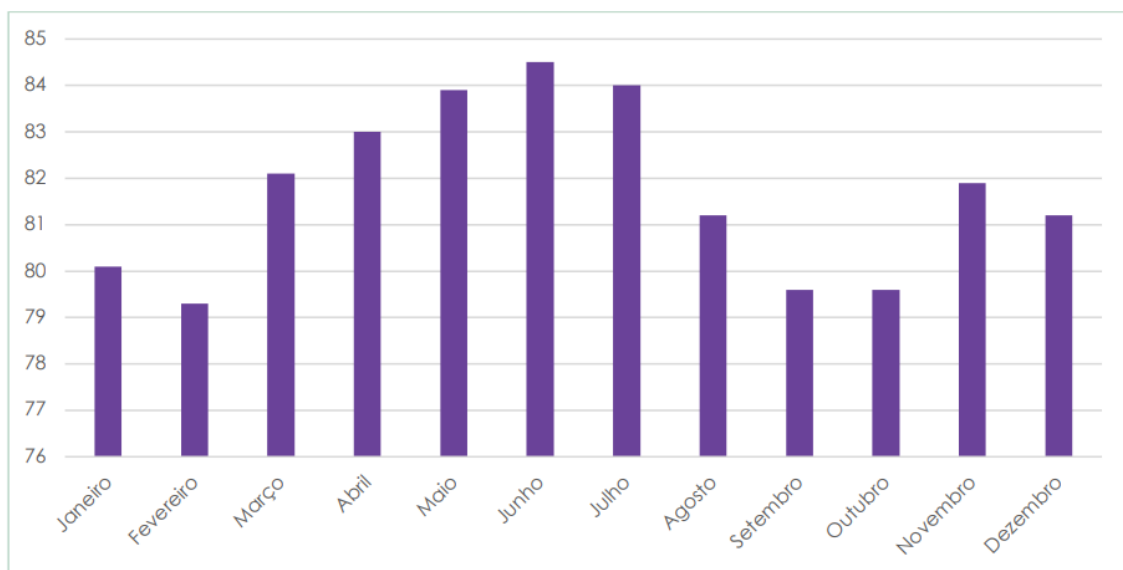


Figura 16. Gráfico indicando variação de umidade relativa do ar ao longo do ano (%), em Caravela (BA). Fonte: SEMA, aguardando publicação.

Em relação a insolação média anual do município de Caravelas, registra-se 2.268,9 h, o que corresponde a 94,5 dias, com maior incidência em janeiro (com máximo de 241 h), com redução no mês de junho (com mínimo de 155,9 h), ainda é relevante apresentar que durante o período de novembro existe registros menores (equivalente a 164,1 h), que é o mesmo período em que há uma maior ocorrência de chuvas (INMET, 2021). O município ainda registra média anual de 2,9 m/s de intensidade dos ventos, classificando-o como leve brisa ou aragem, conforme escala Beaufort, possuindo menor intensidade em junho (2,3 m/s), e maior em novembro (3,6 m/s) (INMET, 2021).



Figura 17. Gráfico indicando variação de insolação ao longo do ano (h), em Caravela (BA). Fonte: SEMA, aguardando publicação.

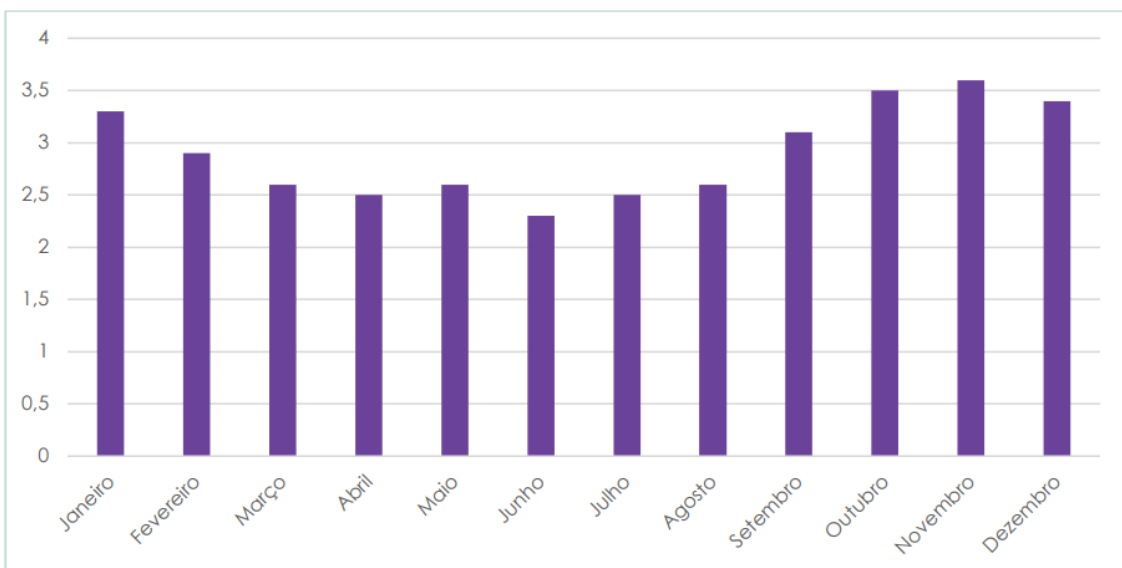


Figura 18. Gráfico indicando a intensidade dos ventos (m/s) ao longo do ano, em Caravela (BA). Fonte: SEMA, aguardando publicação.

Mesmo não se tratando exatamente da área em que a poligonal proposta da Unidade de Conservação está inserida, dada a sua proximidade, torna-se relevante apresentar estas informações. Assim, os dados expõem que os meses de déficit hídrico são janeiro, fevereiro e agosto, e o mês com maior excedente é novembro.

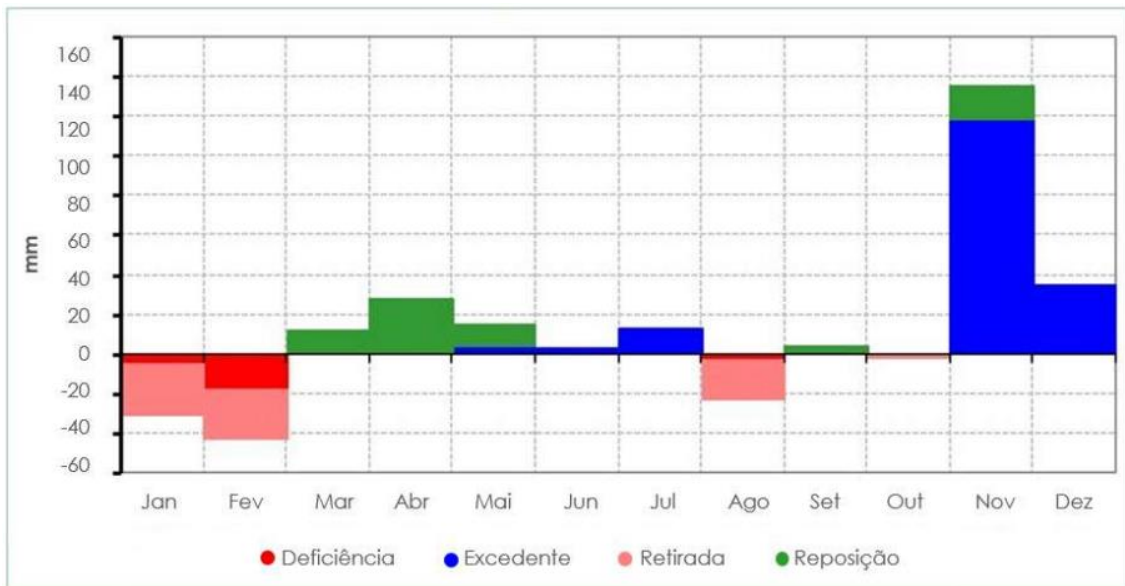


Figura 19. Gráfico indicando o balanço hídrico para a bacia do rio Caravelas (BA).
 Fonte: SEMA, aguardando publicação.

Dessa forma, a área caracteriza-se por um conjunto de fatores físicos interdependentes que condicionam sua dinâmica ambiental. A interação entre relevo, solos, hidrografia e clima define um sistema ecológico sensível, no qual a conservação da vegetação e o manejo adequado do uso do solo são fundamentais para a manutenção do equilíbrio ambiental em ambientes costeiros.

4. CARACTERIZAÇÃO DO MEIO BIOLÓGICO

A caracterização biológica da área deve considerar, de forma integrada, a diversidade de espécies, a heterogeneidade de habitats e suas funções ecológicas. Essa abordagem permite compreender a área de estudo como parte de um sistema ambiental mais amplo, indo além da análise florística isolada.

A área de estudo insere-se em área de restinga no bioma Mata Atlântica e, conforme o mapeamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019), situa-se em uma zona de transição entre esse bioma e o Sistema Costeiro-Marinho. Essa condição reflete a interação entre processos terrestres e marinhos, resultando em elevada complexidade ambiental.

A Mata Atlântica estende-se ao longo da faixa litorânea brasileira e por áreas interiores das regiões Sudeste e Sul, alcançando também porções do Paraguai e da Argentina. Sua configuração atual está associada a processos históricos de expansão e retração das formações florestais em resposta a variações climáticas (IBGE, 2019). Trata-se do terceiro maior bioma do país, presente em 15 unidades da federação, com maior continuidade na Região Sudeste (IBGE, 2019).

Reconhecida como um dos principais *hotspots* globais de biodiversidade, a Mata Atlântica apresenta elevada riqueza biológica e altos níveis de endemismo (MITTERMEIER; FONSECA, 2021). Esses padrões estão associados a processos evolutivos, como ciclos de fragmentação e reconexão florestal ao longo do Quaternário, além de conexões históricas com a Amazônia (FARIA *et al.*, 2021).

A delimitação legal da Mata Atlântica é estabelecida pela Lei nº 11.428/2006 e pelo Decreto nº 6.660/2008, que definem as tipologias vegetais abrangidas e orientam o uso e a conservação da vegetação nativa. Do ponto de vista biogeográfico, o bioma pode ser dividido em blocos norte e sul, com base no vale do rio Doce, refletindo diferenças florísticas e climáticas (LINS-E-SILVA *et al.*, 2021). Adicionalmente, são reconhecidas diversas sub-regiões biogeográficas no bioma, entre elas a sub-região Bahia, na qual se insere a área de estudo, caracterizada por elevada diversidade e endemismo (SILVA; CASTELETTI, 2005), abrangendo cerca de 120.954 km².

Do ponto de vista florístico, o bioma abriga 15.001 espécies de angiospermas, das quais 7.432 são endêmicas (BFG, 2015). Essa diversidade está relacionada a condições climáticas úmidas e à variedade de substratos, que favorecem a

ocorrência de diferentes formações vegetais, como Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Aberta, Floresta Ombrófila Mista, florestas estacionais e formações pioneiras, incluindo restingas e manguezais (IBGE, 2019).

Já o Sistema Costeiro-Marinho corresponde a uma unidade ambiental definida pela influência de processos marinhos e costeiros, abrangendo formas de relevo, sedimentos, vegetação e fauna específicos (IBGE, 2019). Do total da área do Sistema Costeiro-Marinho no Brasil, apenas 6,7% correspondem à porção continental, sendo que as Formações Pioneiras representam 54,6% dessa área, seguidas por zonas de contato e pela Floresta Ombrófila Densa. Na porção continental, destacam-se formações quaternárias e a predominância de formações pioneiras, como restingas e manguezais, além de áreas sem cobertura vegetal, como dunas. As restingas apresentam cerca de 2.471 espécies, com 295 endêmicas (BFG, 2015).

A compartimentação do litoral do estado da Bahia, conforme proposta por Martin et al. (1980), define seis setores com distinções geomorfológicas e vegetacionais. A área de estudo localiza-se no setor VI, que se estende a partir de Ilhéus até o extremo sul do estado, caracterizando-se pela predominância de sedimentos da Formação Barreiras e depósitos quaternários, associados à ocorrência de amplas áreas de restinga e manguezais.

No estado da Bahia, a Mata Atlântica ocupa cerca de 109.927 km², 19,4% do território estadual, enquanto o Sistema Costeiro-Marinho abrange aproximadamente 6.565 km², 1,16% da área total do estado (IBGE, 2019).

A área de estudo está inserida na região denominada Hileia Baiana, reconhecida como um dos principais centros de biodiversidade da Mata Atlântica. Essa região apresenta configuração ambiental resultante da associação entre depósitos sedimentares quaternários na faixa costeira, tabuleiros da Formação Barreiras e relevos mais elevados no interior, com altitudes que podem atingir até 1.000 metros.

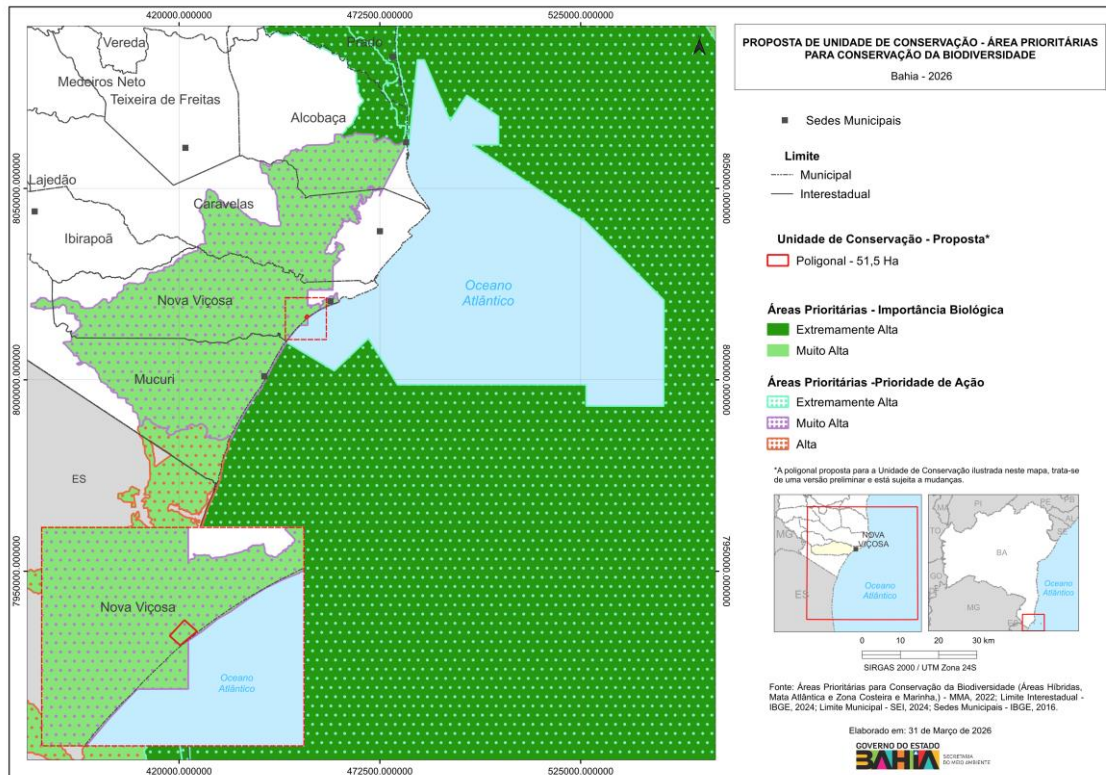


Figura 20. Mapa evidenciando as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta.

Elaboração: SEMA, 2026.

A Hileia Baiana apresenta elevada riqueza florística, com registros que indicam alta concentração de espécies em áreas relativamente reduzidas. Inventários realizados nos estados do Espírito Santo e da Bahia identificaram mais de 400 espécies arbóreas por hectare (THOMAZ; MONTEIRO, 1997 apud FARIA *et al.*, 2021). Levantamentos em escala mais ampla registraram 547 espécies arbóreas distribuídas em 69 famílias, incluindo a ocorrência de gêneros endêmicos (OSTROSKI *et al.*, 2018).

No interior dessa região, são reconhecidas subdivisões florísticas, entre as quais se destacam as florestas costeiras da Bahia, onde se insere a área de estudo (SAITER *et al.*, 2016). Estudos conduzidos na Costa das Baleias indicam a presença de diferentes tipologias vegetais, incluindo Floresta Ombrófila Densa e formações pioneiras associadas a influências marinhas, fluviomarinhas e fluviais, evidenciando a diversidade de condições ambientais (DOMINGUEZ, 2008).

O mapeamento da cobertura vegetal indica que a região apresenta predominância de áreas sob uso antrópico (INEMA, 2017). Os remanescentes de vegetação nativa ocorrem de forma fragmentada, concentrando-se principalmente em ambientes

com maior restrição à ocupação, como restingas e manguezais, os quais são mantêm, em geral, melhores condições de conservação.

As restingas e os manguezais integram o conjunto das áreas úmidas, ecossistemas de relevância ambiental em escala global devido às suas funções ecológicas. Entre essas funções destacam-se a recarga de aquíferos, a melhoria da qualidade da água, o armazenamento de carbono, a regulação de ciclos biogeoquímicos, o controle de inundações e a modulação climática (GOMES; JUNIOR, 2017). No Brasil, a adesão à Convenção de Ramsar, por meio do Decreto nº 1.905/1996, estabelece diretrizes para a conservação desses ambientes, que ocupam cerca de 20% do território nacional e apresentam dinâmica associada a regimes de inundação (JUNK; PIEDADE, 2015).

As áreas úmidas costeiras apresentam diversidade estrutural e funcional relacionada à variação dos regimes hidrológicos, podendo ser organizadas em diferentes subsistemas. Entre eles, incluem-se ambientes influenciados por marés, como manguezais e apicuns; sistemas com níveis de água relativamente estáveis, como lagunas e florestas permanentemente alagadas; e áreas com variação sazonal do nível da água, como lagoas temporárias e florestas periodicamente inundadas (CUNHA *et al.*, 2015). Esses ambientes abrigam comunidades especializadas e exercem funções relevantes para a manutenção da biodiversidade.

Prevalece na área de estudo a restinga. O termo “restinga”, empregado desde o século XVIII, apresenta diferentes interpretações conforme o campo de estudo. No contexto botânico, refere-se a um conjunto de comunidades vegetais distribuídas sobre planícies costeiras de origem quaternária, podendo alcançar as primeiras elevações da Serra do Mar. Trata-se de um ambiente geologicamente recente, cuja flora é majoritariamente derivada de ecossistemas adjacentes, como a Mata Atlântica, os tabuleiros costeiros e formações da Caatinga, apresentando adaptações às condições edáficas e ambientais locais. Essa vegetação exerce funções como a estabilização de sedimentos e a proteção contra processos erosivos, contribuindo para a configuração da paisagem costeira (ASSUMPÇÃO; NASCIMENTO, 2000).

Em razão de sua origem recente, as restingas apresentam baixo grau de endemismo, com predomínio de espécies compartilhadas com formações florestais úmidas próximas. Essas florestas atuam como fontes de espécies capazes de se estabelecer em solos arenosos e com baixa disponibilidade de nutrientes. No estado da Bahia, identificam-se dois principais blocos florísticos de restinga: um ao norte da Baía de Todos os Santos e outro ao sul, incluindo áreas do

norte do Espírito Santo, diferenciação associada a variações climáticas, especialmente quanto à sazonalidade das chuvas (FERNANDES; QUEIROZ, 2015).

4.1 Flora

A organização da vegetação na região está diretamente relacionada às condições do meio físico, com destaque para a influência da geomorfologia. Na Costa das Baleias, distinguem-se os Tabuleiros Costeiros, associados aos sedimentos do Grupo Barreiras, e a Planície Quaternária, formada por depósitos marinhos, fluviais e lagunares, onde se concentram extensas áreas úmidas (DOMINGUEZ, 2008). Nesse contexto, as formações de restinga predominam e apresentam variação estrutural associada à disposição dos cordões arenosos e à dinâmica do lençol freático (MARTINS, 2012).

Com base em estudos regionais e nas observações realizadas em campo, verifica-se que a área é dominada por formações típicas da Mata Atlântica costeira, com destaque para os ecossistemas de restinga.

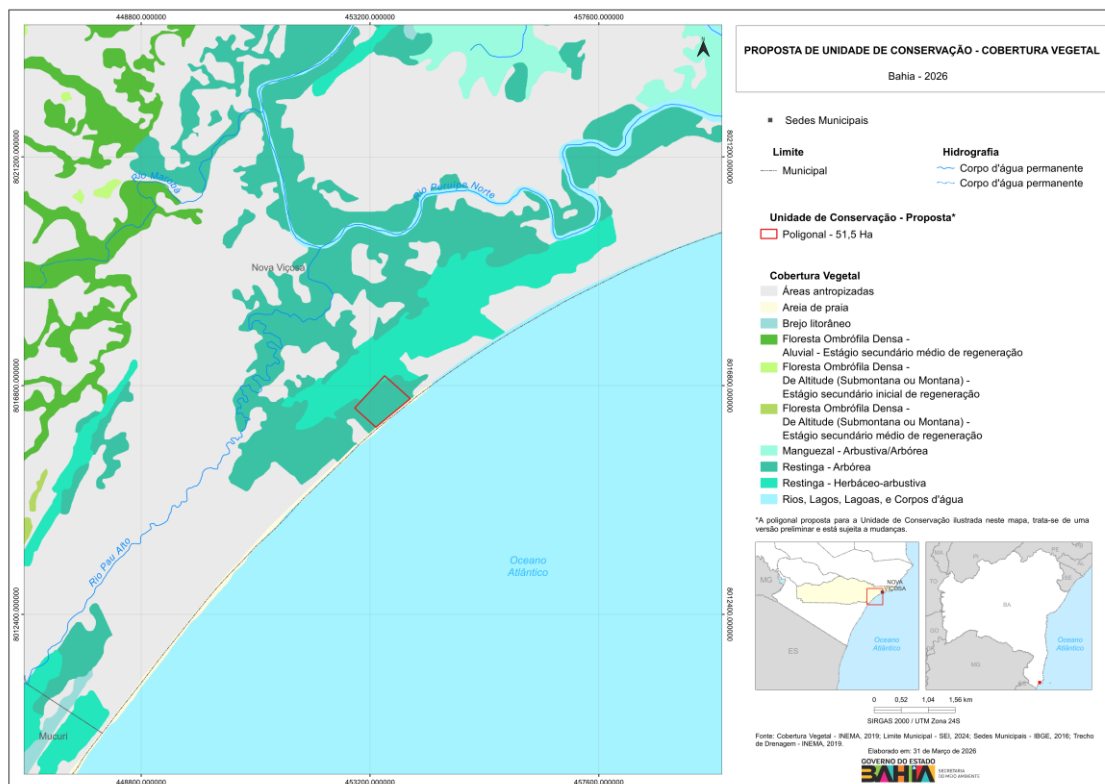


Figura 21. Mapa evidenciando a cobertura vegetal da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta. Elaboração: SEMA, 2026.

A vegetação de restinga distribui-se ao longo de um gradiente ambiental que reflete diferenças edáficas e hidrológicas. Próximo à faixa de praia, ocorrem formações herbáceas pioneiras, enquanto no interior desenvolvem-se formações arbustivas e florestais. A inundação constitui um dos principais fatores limitantes à distribuição das espécies (MAGNAGO *et al.*, 2012; 2013). Os solos são, em geral, arenosos, ácidos e com baixa disponibilidade de nutrientes, o que torna a ciclagem de nutrientes um processo essencial. A matéria orgânica superficial, associada a raízes rasas e à atividade microbiana, sustenta esse funcionamento, ainda que a regeneração após perturbações ocorra de forma lenta (BRITZ *et al.*, 2005; MARQUES *et al.*, 2015).

Estudos realizados no extremo sul da Bahia evidenciam a diversidade florística dessas formações. No município de Caravelas, foram registradas espécies como *Garcinia gardneriana*, *Myrcia hirtiflora*, *Ocotea notata*, *Protium heptaphyllum* e *Byrsonima crassifolia* (SANTOS, 2013). Outras espécies com relevância ecológica incluem *Clusia cf. hilariana*, *Amaioua intermedia*, *Tapirira guianensis* e *Humiriastrum dentatum* (SARCINELLI, 2010). Levantamentos regionais identificaram diferentes fisionomias, como formações florestais inundadas e não inundadas, além de vegetação arbustiva, herbácea, halófila e psamófila (DIAS; SOARES, 2008; DIAS, 2010). Nas formações florestais não inundadas, o estrato arbóreo varia entre 15 e 25 metros, com ocorrência de espécies como *Protium heptaphyllum*, *Pera glabrata* e *Aspidosperma parvifolium*.

As restingas apresentam cerca de 2.471 espécies registradas, das quais 295 são endêmicas (BFG, 2015). Essas formações integram o domínio da Mata Atlântica, bioma que originalmente ocupava aproximadamente 1,3 milhão de km² e atualmente mantém cerca de 22% de sua cobertura original. Trata-se de um dos principais *hotspots* globais de biodiversidade, em função da elevada riqueza biológica e do grau de ameaça (MYERS *et al.*, 2000; RIBEIRO *et al.*, 2009). No extremo sul da Bahia, esse bioma inclui diferentes formações florestais e ecossistemas associados, como manguezais e ambientes estuarinos, compondo um mosaico ambiental.

O Sítio Natura é dominado por formações de restinga distribuídas sobre solos arenosos e organizadas em gradientes de umidade, salinidade e estabilidade do substrato. Nas porções mais próximas ao litoral, predominam formações herbáceas e subarbustivas adaptadas à alta insolação, ventos e salinidade, com espécies como *Centrosema brasilianum* e *Allagoptera arenaria*.



Figura 22. Registro da lateral direita da trilha e fitofisionomia herbáceo arbustiva típica de estágios iniciais de restinga.



Figura 23. Registro de indivíduo de *Allagoptera arenaria*.

À medida que se avança em direção ao interior da área, verifica-se a transição para formações arbustivas e, posteriormente, para restinga arbórea, com aumento da

complexidade estrutural. Nesses trechos, a presença de serapilheira, epífitas, trepadeiras e estratificação vertical indica estágios mais avançados de regeneração. Espécies como *Pera glabrata*, *Protium heptaphyllum* e *Simarouba amara* são indicativas de ambientes mais estruturados, sugerindo inclusive transição para formações florestais mais densas.



Figuras 24, 25, 26 e 27. Registros que indicam consolidação de restinga arbórea com evidências de transição para fitofisionomia de floresta.

Essa variação fisionômica resulta em uma diversidade de nichos ecológicos que sustenta a biodiversidade local e contribui para a manutenção de processos ecológicos essenciais, como a ciclagem de nutrientes e a retenção de umidade. Além disso, a vegetação desempenha papel fundamental na estabilização do solo e na proteção contra a erosão, especialmente em ambientes costeiros sujeitos à ação de ventos e chuvas intensas.

A presença de espécies exóticas, como *Terminalia catappa*, embora pontual, indica influência antrópica e demanda atenção em futuros processos de manejo, especialmente no que se refere à manutenção da integridade ecológica da área.

Outro aspecto relevante é a conexão entre os ambientes terrestres e os sistemas estuarinos e marinhos da região. Essa integração ecológica, especialmente evidente nas áreas influenciadas pelo complexo de Abrolhos, favorece a troca de matéria e energia entre diferentes ecossistemas e amplia a importância da área em escala regional. Nesse sentido, mesmo áreas aparentemente localizadas fora da zona de influência, como o Sítio Natura, passam a desempenhar papel estratégico na manutenção da conectividade ecológica e no equilíbrio dos sistemas naturais costeiros.

No que se refere à conservação da flora, destacam-se espécies ameaçadas e endêmicas registradas na área de estudo. Não foram encontrados registros específicos, contudo, de forma análoga, é possível sugerir a ocorrência de espécies comuns na região da Costa das Baleias com base em estudos e nos levantamentos que subsidiaram o Volume I do Plano de Manejo da APA Ponta da baleia/Abrolhos, que ainda aguarda publicação.

A Portaria MMA nº 443/2014 estabelece a lista nacional de espécies ameaçadas, classificadas nas categorias Extinta na Natureza, Criticamente em Perigo, Em Perigo e Vulnerável, com proteção integral. Entre as espécies registradas, *Cupania furfuracea*, *Davilla macrocarpa*, *Euterpe edulis*, *Faramea bahiensis*, *Melanopsidium nigrum* e *Swartzia glazioviana* são consideradas vulneráveis, enquanto *Neomitranthes obtusa* e *Tabebuia cassinoides* são classificadas como em perigo. No âmbito estadual, a Portaria SEMA nº 40/2017 inclui espécies ameaçadas na Bahia, destacando *Griffinia parviflora* como criticamente em perigo.

Outras espécies merecem atenção, como *Jacquinia armillaris*, espécie ameaçada associada a restingas de pós-praia e sujeita à pressão por ocupação costeira (SANTOS, 2009; DIAS, 2010), e *Syngonanthus restingensis*, registrada em ambientes inundáveis e ainda em processo de validação taxonômica (HENSOLD *et al.*, 2012). Estudos também indicam que impactos sobre espécies de sub-bosque, como *Faramea bahiensis* e *Melanopsidium nigrum*, reforçam a necessidade de estratégias de conservação em escala regional (ANDRADE *et al.*, 2015).

A comparação com listas de endemismo da Floresta Costeira da Bahia evidencia a ocorrência de espécies como *Aechmea ramusculosa*, *Davilla macrocarpa*, *Machaerium aureum* e *Stachytarpheta hirsutissima* na área de estudo (OSTROSKI *et al.*, 2018).

Diversas espécies apresentam uso pelas comunidades locais, incluindo *Protium heptaphyllum* (amescla, que tem uso medicinal e como incenso), *Pera glabrata* (sete-casca, que é utilizada como lenha) e *Aspidosperma parvifolium* (peroba, que é utilizada na construção). Espécies alimentícias incluem *Tapirira guianensis*, *Eugenia uniflora*, *Hancornia speciosa*, *Anacardium occidentale*, *Allagoptera arenaria* e *Chrysobalanus icaco*, com destaque econômico para o caju. A espécie *Schinus terebinthifolius* é explorada para produção de pimenta-rosa, e há potencial de uso sustentável para mangaba, pitanga e aroeira (DIAS, 2010; DIAS *et al.*, 2014). *Dalbergia ecastaphyllum* destaca-se pela importância na restauração ecológica e na produção de própolis vermelha (MATA, 2015).

Por fim, estudos da SEMA (aguardando publicação) visando a elaboração do Plano de Manejo da APA Ponta da Baleia/Abrolhos, realizada na Costa das Baleias, região da área em estudo, evidencia espécies nativas que ocorrem na região, conforme segue:

Tabela 01. Lista de espécies de vegetação nativa com possibilidade de ocorrência na região da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

Grupo	Espécie	Nome Popular
Anacardiaceae	<i>Anacardium occidentale</i>	cajeeiro
	<i>Schinus terebinthifolius</i>	aroeira-vermelha
	<i>Spondias mombin</i>	cajazeira
	<i>Spondias bahiensis</i>	umbu-cajá
	<i>Mangifera indica</i>	mangueira
	<i>Tapirira guianensis</i>	pau-pombo
Annonaceae	<i>Annona coriacea</i>	araticum
Apocynaceae	<i>Himatanthus bracteatus</i>	janaúba
Araliaceae	<i>Schefflera morototonii</i>	matataúba
Arecaceae	<i>Cocos nucifera</i>	coqueiro
	<i>Astrocaryum sp.</i>	tucum
	<i>Attalea funifera</i>	piaçava
	<i>Bactris gasipaes</i>	Pupunha
	<i>Elaeis guineensis</i>	dendezeiro
	<i>Euterpe oleracea</i>	açaí
	<i>Polyandrococos caudescens</i>	buri
	<i>Syagrus coronata</i>	licuri
	<i>Copernicia prunifera</i>	carnaúba
Asteraceae	<i>Gachinatia polymorpha</i>	candeia
	<i>Baccharis dracunculifolia</i>	alecrim-do-campo
	<i>Vernonia sp.</i>	vernonia

	<i>Vernonia polysphaera</i>	assa-peixe	
	<i>Cardiaca arvensis</i>	orelha-de-urso	
Bixaceae	<i>Bixa orellana</i>	urucum	
Boraginaceae	<i>Cordia trichotoma</i>	louro	
Bromeliaceae	<i>Tillandsia usneoides</i>	barba-de-velho	
Burseraceae	<i>Protium heptaphyllum</i>	amescla	
Dilleniaceae	<i>Curatella americana</i>	cajueiro-bravo ou lixeira	
Ebenaceae	<i>Diospyros</i> sp.	claraíba	
Euphorbiaceae	<i>Hevea brasiliensis</i>	seringueira	
	<i>Maprounea guianensis</i>	pau-pobre	
	<i>Pera glabrata</i>	sete-couro ou tamanqueira	
	<i>Andira fraxinifolia</i>	angelim-mirim	
	<i>Andira anthelminthica</i>	angelim-do-campo	
	<i>Bauhinia fortificata</i>	pata-de-vaca1	
	<i>Bauhinia integerrima</i>	pata-de-vaca2	
	<i>Albizia pedicellaris</i>	juerana-branca	
	<i>Caesalpinia echinata</i>	pau-brasil	
	<i>Copaifera langsdorffii</i>	copaíba	
	<i>Clitoria fairchildiana</i>	sombreiro-mexicano	
	<i>Delonix regia</i>	flamboyant	
	<i>Dalbergia nigra</i>	jacarandá-da-Bahia	
Fabaceae	<i>Bowdichia virgilioides</i>	sucupira	
	<i>Pterodon emarginatus</i>	sucupira-branca	
	<i>Enterolobium contortisiliquum</i>	tamboril	
	<i>Mimosa arenosa</i>	calumbi	
	<i>Senna multijuga</i>	cobi	
	<i>Stryphnodendron pulcherrimum</i>	muanza	
	<i>Tachigali densiflora</i>	inguaçu	
	<i>Inga</i> sp.	inga	
	<i>Inga vera</i>	ingá-do-brejo	
	<i>Inga edulis</i>	ingá-de-metro	
	<i>Cassia</i> sp.	canjoão	
	Hypericaceae	<i>Vismia guianensis</i>	capianga ou lacre
	Heliconiaceae	<i>Heliconia psittacorum</i>	heliconia-papagaio
<i>Heliconia laneana</i>		heliconia	
Lecythidaceae	<i>Cariniana legalis</i>	jequitibá	
	<i>Eschweilera ovata</i>	biribeira	
	<i>Lecythis pisonis</i>	sapucaia	
	<i>Couratari asterotricha</i>	embirema	
Malpighiaceae	<i>Byrsonima sericea</i>	murici	
Malvaceae	<i>Abutilon pauciflorum</i>	malva-brava	
	<i>Sida cordifolia</i>	malva	

	<i>Pachira aquatica</i>	munguba
	<i>Guazuma ulmifolia</i>	mutamba
Meliaceae	<i>Cedrela fissilis</i>	cedro
	<i>Clidemia hirta</i>	remela-de-cachorro
	<i>Henriettea succosa</i>	mundururú-branco
Melastomataceae	<i>Henriettea</i> sp.	mundururú
	<i>Tibouchina granulosa</i>	quaresma ou quaresmeira
	<i>Miconia</i> sp.	canela-de-velho
	<i>Ficus benjamina</i>	ficus
Moraceae	<i>Artocarpus heterophyllus</i>	jaqueira
	<i>Ficus</i> sp.	gameleira
	<i>Ficus cyclophylla</i>	gameleira-grande
Moringaceae	<i>Moringa Oleifera</i>	moringa
	<i>Pimenta dioica</i>	pimenta-da-jamaica
	<i>Eugenia uniflora</i>	pitangueira
Myrtaceae	<i>Syzygium cumini</i>	jamelão
	<i>Syzygium jambos</i>	jambeiro
	<i>Eugenia uniflora</i>	pitanga
Phytolaccaceae	<i>Gallesia integrifolia</i>	pau-d'alho
	<i>Andropogon bicornis</i>	capim-rabo-de-burro
	<i>Andropogon leucostachyus</i>	capim-colchão
Poaceae	<i>Aristida longiflora</i>	capim-panasco
	<i>Brachiaria</i> sp.	braquiária
	<i>Cenchrus</i> sp.	carrapicho
	<i>Setaria parviflora</i>	capim-rabo-de-raposa
Primulaceae	<i>Myrsine guianensis</i>	capororoca
Rubiaceae	<i>Genipa americana</i>	jenipapeiro
Sapindaceae	<i>Cupania oblongifolia</i>	caboaã
	<i>Cestrum axillare</i>	coerana
Solanaceae	<i>Solanum paludosum</i>	jurubeba
	<i>Solanum mauritianum</i>	fumo-bravo ou fidalgo
Typhaceae	<i>Typha angustifolia</i>	taboa
Urticaceae	<i>Cecropia pachystachya</i>	embaúba
	<i>Pourouma guianensis</i>	tararanga

4.2 Fauna

O estudo da fauna constitui importante ferramenta para avaliação da qualidade ambiental, desde que baseado na análise da biodiversidade remanescente (ROCHA *et al.*, 2006). Entretanto, a caracterização faunística apresenta desafios significativos, especialmente em regiões com baixa disponibilidade de dados, exigindo tempo e esforço incompatíveis, por vezes, com os prazos de estudos ambientais (FONSECA *et al.*, 1996; SILVEIRA *et al.*, 2010).

Em ambientes tropicais, essa complexidade é ampliada pela forte relação entre fauna e estrutura do habitat (AUGUST, 1983; DUESER; SHUGART, 1978; M'CLOSKEY, 1976). A vegetação influencia diretamente a disponibilidade de recursos essenciais, como alimento, abrigo e locais de reprodução (ALHO, 1981). Além disso, vertebrados tropicais tendem a apresentar maior especialização ecológica, tornando-os mais vulneráveis a alterações ambientais (FRANKEL; SOULÉ, 1981). Assim, a redução da cobertura vegetal pode resultar em perda significativa de biodiversidade, fenômeno observado tanto em áreas impactadas quanto na comparação entre ambientes florestais e formações mais abertas (FONSECA *et al.*, 1999). Ainda assim, ambientes costeiros e insulares podem abrigar espécies raras ou endêmicas, altamente sensíveis a perturbações (GONZAGA, 1984).

A área insere-se em uma importante região de endemismo associada às planícies quaternárias do leste brasileiro, reconhecida pela elevada diversidade de mamíferos, répteis, peixes, aves e anfíbios (VIVO, 1997; BUCKUP, 2011; TOZETTI *et al.*, 2017; MÜLLER, 1973; CRACRAFT, 1985; BOLAÑOS *et al.*, 2007). Essa relevância levou à sua classificação como “Terras Baixas da Mata Atlântica” (EBA-075), uma área de alta importância biológica (STATTERSFIELD *et al.*, 1998).

Diversas propostas biogeográficas reforçam a unidade ecológica da região, destacando padrões de endemismo em diferentes grupos taxonômicos (COSTA; LEITE, 2012; CAMELIER; ZANATA, 2014). A área também é inserida em classificações mais amplas, como a Província Atlântica (CABRERA; WILLINK, 1973) e a Província da Floresta Atlântica Brasileira (MORRONE, 2001; 2017).

Na Mata Atlântica, a diversidade de vertebrados é expressiva, com registros de 1.092 espécies de aves, 625 de anfíbios, 325 de peixes, 321 de mamíferos e 309 de répteis (MENEZES *et al.*, 2007; MONTEIRO-FILHO; CONTE, 2017; ICMBio, 2018). As aves destacam-se tanto pela diversidade quanto pelo papel como bioindicadores (SEKERCIOGLU, 2006), enquanto anfíbios e répteis também são relevantes na avaliação ambiental (MOURA-LEITE *et al.*, 1993).

Embora a área não disponha de inventário faunístico sistematizado, as observações de campo, relatos da comunidade local, aliadas ao conhecimento científico disponível para a região, permitem inferir a ocorrência de uma fauna diversificada e funcionalmente relevante. Foram registrados, por meio de evidências indiretas e relatos, mamíferos como *Leopardus pardalis* (jaguar), *Pecari tajacu* (caaitu) e *Tamandua tetradactyla* (tamanduá-mirim), além de primatas do gênero *Callithrix* e preguiças (*Bradypus* spp.). A presença dessas espécies sugere a existência de condições mínimas de habitat e conectividade, considerando que muitas delas são sensíveis à fragmentação ambiental.

A avifauna também se mostra representativa, com relatos de sabiás (*Turdus* spp.), aracuãs (*Ortalis* spp.) e pica-paus (*Celeus* spp.), espécies associadas a ambientes florestais e de borda. Esses registros indicam a presença de gradientes ambientais e diversidade de recursos alimentares. Entre os répteis, destacam-se jiboias (*Boa* spp.) e jararacas (*Bothrops* spp.), que exercem papel ecológico relevante no controle de populações de pequenos vertebrados.

A proximidade com a faixa litorânea amplia a importância ecológica da área, evidenciada pela ocorrência de desova de tartarugas marinhas em praias adjacentes, indicando conexão funcional entre os ambientes terrestres e marinhos. De modo geral, a composição faunística observada é compatível com padrões descritos para a Mata Atlântica, cuja biodiversidade depende diretamente da integridade da vegetação e da conectividade entre fragmentos (RIBEIRO *et al.*, 2009).



Figura 28. Evidência de ovos de tartarugas marinhas sem identificação.

Nesse contexto, a área exerce função relevante não apenas como habitat, mas também como corredor ecológico em escala local, favorecendo o deslocamento de espécies e a manutenção de fluxos biológicos essenciais.

Apesar dessa riqueza, a região sofre intensa pressão antrópica, resultando em elevada fragmentação da vegetação (RIBEIRO *et al.*, 2009). Entre as espécies registradas, cerca de 26,9% são endêmicas e 19,2% encontram-se ameaçadas de extinção (MMA, 2014; ICMBio, 2018).

Adicionalmente, a presença de espécies exóticas invasoras, como *Mus musculus*, *Rattus rattus*, *Sus scrofa* e *Lithobates catesbianus*, constitui fator de pressão adicional sobre os ecossistemas (VITOUSEK *et al.*, 1997; LOWE *et al.*, 2000),

principalmente em áreas como a de estudo que se encontra em zona urbana. A ocorrência de espécies migratórias, especialmente aves, reforça a importância da área como rota ecológica (VALENTE *et al.*, 2011).

Por fim, atividades como caça ilegal e tráfico de fauna continuam representando ameaças relevantes à biodiversidade (ICMBio, 2018; CITES, 2020). Nesse contexto, a área de estudo assume papel estratégico para a conservação, destacando-se a necessidade de ampliação do conhecimento científico e da implementação de medidas efetivas de manejo.

Estudos da SEMA (aguardando publicação) visando a elaboração do Plano de Manejo da APA Ponta da Baleia/Abrolhos, realizada na Costa das Baleias, região da área em estudo, evidencia espécies nativas que ocorrem na região, conforme segue:

Tabela 02. Lista de espécies de fauna nativa com possibilidade de ocorrência na região da área de estudo. Elaboração: SEMA, 2026.

Grupo	Espécie	Nome Popular
Anfíbios	<i>Agalychnis aspera</i>	perereca
	<i>Allobates olfersioides</i>	rã-foguete
	<i>Aparasphenodon brunoii</i>	perereca-de-capacete
	<i>Aplastodiscus ibirapitanga</i>	rã-do-folhiço
	<i>Boana albomarginata</i>	perereca
	<i>Boana albopunctata</i>	perereca
	<i>Boana geographica</i>	perereca
	<i>Boana pombali</i>	perereca
	<i>Boana semilineata</i>	perereca
	<i>Brachycephalus ephippium</i>	pingo-de-ouro
	<i>Ceratophrys aurita</i>	sapo-intanha
	<i>Chiasmocleis capixaba</i>	sapinho-zunidor
	<i>Chiasmocleis schubarti</i>	sapinho-zunidor
	<i>Cycloramphus fuliginosus</i>	rã-da-mata
	<i>Dasylops schirchi</i>	rã-do-rio-mutum
	<i>Dendropsophus anceps</i>	pererequinha-do-brejo
	<i>Dendropsophus bipunctatus</i>	pererequinha-do-brejo
	<i>Dendropsophus branneri</i>	pererequinha-do-brejo
	<i>Dendropsophus decipiens</i>	pererequinha-do-brejo
	<i>Dendropsophus elegans</i>	perereca
<i>Dendropsophus haddadi</i>	pererequinha-do-brejo	

<i>Dendropsophus microps</i>	perereca
<i>Dendropsophus seniculus</i>	perereca
<i>Eleutherodactylus bilineatus</i>	rãzinha
<i>Gabohyla pauloalvini</i>	perereca
<i>Gastrotheca fissipes</i>	perereca-marsupial
<i>Gastrotheca fulvorufa</i>	perereca-marsupial
<i>Haddadus binotatus</i>	rã
<i>Ischnocnema nasuta</i>	rãzinha-da-mata
<i>Itapotihyla langsdorffii</i>	perereca-castanhola
<i>Leptodactylus spixi</i>	rã
<i>Leptodactylus viridis</i>	rã
<i>Macrogenioglottus alipioi</i>	sapo-da-floresta
<i>Ololygon agilis</i>	perereca
<i>Ololygon argyreornata</i>	perereca
<i>Phasmahyla exilis</i>	pererequinha-das-folhagens
<i>Phyllodytes kautskyi</i>	pererequinha
<i>Phyllodytes luteolus</i>	pererequinha
<i>Phyllodytes melanomystax</i>	pererequinha
<i>Phyllodytes wuchereri</i>	pererequinha
<i>Phyllomedusa burmeisteri</i>	perereca-das-folhagens
<i>Physalaemus aguirrei</i>	rã-cachorro
<i>Physalaemus crombiei</i>	rã-cachorro
<i>Physalaemus erikae</i>	rã-cachorro
<i>Pristimantis paulodutra</i>	rãzinha
<i>Pristimantis ramagii</i>	rãzinha
<i>Pristimantis vinhai</i>	rãzinha
<i>Proceratophrys boiei</i>	sapo-de-chifre
<i>Proceratophrys laticeps</i>	sapinho-de-chifre
<i>Proceratophrys schirchi</i>	sapinho-de-chifre
<i>Rhinella crucifer</i>	sapo-cururu
<i>Rhinella hoogmoedi</i>	sapo-cururu
<i>Rhinella icterica</i>	sapo-cururu
<i>Scinax alter</i>	perereca
<i>Scinax cuspidatus</i>	perereca-do-brejo
<i>Scinax eurydice</i>	perereca-do-brejo
<i>Sphaenorhynchus palustris</i>	perereca
<i>Sphaenorhynchus planicola</i>	perereca
<i>Sphaenorhynchus prasinus</i>	perereca
<i>Stereocyclops incrassatus</i>	sapo-baixinho
<i>Thoropa miliaris</i>	rã-das-pedras

	<i>Trachycephalus mesophaeus</i>	perereca
	<i>Trachycephalus nigromaculatus</i>	perereca-de-cabeça-manchada
	<i>Vitreorana eurygnatha</i>	rã-de-vidro
	<i>Vitreorana uranoscopa</i>	perereca-de-vidro
Aves	ORDEM ACCIPITRIFORMES	
	<i>Buteogallus lacernulatus</i>	gavião-pombo-pequeno
	<i>Pseudastur polionotus</i>	gavião-pombo-gigante
	ORDEM APODIFORMES	
	<i>Aphantochroa cirrhochloris</i>	beija-flor-cinza
	<i>Glaucis dohrnii</i>	balança-rabo-canela
	<i>Phaethornis eurynome</i>	rabo-branco-de-garganta-cinza
	<i>Phaethornis idaliae</i>	rabo-branco-mirim
	<i>Ramphodon naevius</i>	beija-flor-rajado
	<i>Thalurania glaucopis</i>	beija-flor-de-fronte-violeta
	ORDEM CORACIIFORMES	
	<i>Baryphthengus ruficapillus</i>	juruva
	ORDEM FALCONIFORMES	
	<i>Micrastur mintoni</i>	falcão-críptico
	ORDEM GALBULIFORMES	
	<i>Malacoptila striata</i>	joão-barbudo
	<i>Notharchus swainsoni</i>	macuru-barriga-castanha
	ORDEM GALLIFORMES	
	<i>Aburria jacutinga</i>	jacutinga
	<i>Crax blumenbachii</i>	mutum-de-bico-vermelho
	<i>Odontophorus capueira</i>	uru
	<i>Ortalis araucuan aracuã</i>	aracuã
	ORDEM GRUIFORMES	
	<i>Aramides saracura</i>	saracura-do-mato
	ORDEM PASSERIFORMES	
	<i>Cranioleuca pallida</i>	arredio-pálido
	<i>Acrobatornis fonsecai</i>	acrobata
	<i>Anabacerthia lichtensteini</i>	limpa-folha-ocráceo
	<i>Attila rufus</i>	capitão-de-saíra
	<i>Automolus leucophthalmus</i>	barranqueiro-olho-branco
	<i>Campylorhamphus falcularius</i>	arapaçu-de-bico-torto
	<i>Carpornis melanocephala</i>	sabiá-pimenta
	<i>Cercomacra brasiliana</i>	chororó-cinzento
	<i>Chiroxiphia caudata</i>	dançador
	<i>Cichlocolaptes leucophrus</i>	trepador-sobrancelha

<i>Conopophaga melanops</i>	chupa-dente-de-máscara
<i>Cotinga maculata</i>	crejoá
<i>Dendrocincla turdina</i>	arapaçu-liso
<i>Drymophila ferruginea</i>	trovoada
<i>Drymophila squamata</i>	trovoada
<i>Dysithamnus plumbeus</i>	choquinha-chumbo
<i>Dysithamnus stictothorax</i>	choquinha
<i>Eleoscytalopus indigoticus</i>	macuquinho
<i>Euphonia pectoralis</i>	ferro-velho
<i>Hemithraupis ruficapilla</i>	saíra-ferrugem
<i>Hemitriccus diops</i>	tiririzinho-do-mato
<i>Hemitriccus nidipendulus</i>	titirizinho-do-mato
<i>Herpsilochmus pileatus</i>	chorozinho-de-boné
<i>Hypoedaleus guttatus</i>	chocão-carijó
<i>Ilicura militaris</i>	tangarazinho
<i>Lepidocolaptes squamatus</i>	arapaçu
<i>Machaeropterus regulus</i>	tangará-rajado
<i>Merulaxis ater</i>	entufado-baiano
<i>Myrmoderus loricatus</i>	formigueiro-assobiador
<i>Myrmoderus ruficaudus</i>	formigueiro-da-cauda-ruiva
<i>Myrmotherula luctuosa</i>	choquinha-do-flanco-branco
<i>Myrmotherula minor</i>	choquinha-pequena
<i>Myrmotherula unicolor</i>	choquinha-cinzenta
<i>Myrmotherula urosticta</i>	choquinha-de-rabo-acinzentado
<i>Neopelma aurifrons</i>	fruxu-baiano
<i>Phacellodomus erythrophthalmus</i>	joão-botina-da-mata
<i>Philydor atricapillus</i>	limpa-folha-coroadado
<i>Procnias nudicollis</i>	araponga
<i>Pyriglena leucoptera</i>	papa-taoca-do-sul
<i>Ramphocelus bresilius</i>	tié-sangue
<i>Rhopias gularis</i>	choquinha-garganta-pintada
<i>Saltator fuliginosus</i>	bico-de-pimenta
<i>Schiffornis virescens</i>	flautim
<i>Sclerurus scansor</i>	vira-folha
<i>Sporophila frontalis</i>	pixoxó
<i>Tachyphonus coronatus</i>	tié-preto
<i>Tangara brasiliensis</i>	cambada-de-chaves
<i>Tangara cyanocephala</i>	saíra-militar
<i>Tangara cyanomelas</i>	saíra-pérola
<i>Tangara cyanoptera</i>	sanhaçu-encontro-azul

	<i>Tangara ornata</i>	sanha-de-encontro
	<i>Tangara peruviana</i>	saíra-sapucaia
	<i>Tangara seledon</i>	saíra-sete-cores
	<i>Terenura maculata</i>	zidedê
	<i>Thamnophilus ambiguus</i>	choca-de-sooretama
	<i>Xiphocolaptes albicollis</i>	arapaçu-garganta-branca
	<i>Xipholena atropurpurea</i>	anambé-de-asa-branca
	ORDEM PICIFORMES	
	<i>Campephilus robustus</i>	pica-pau-rei
	<i>Celeus tinnunculus</i>	pica-pau
	<i>Melanerpes flavifrons</i>	benedito
	<i>Pteroglossus bailloni</i>	araçari-banana
	<i>Selenidera maculirostris</i>	araçari-poca
	<i>Veniliornis maculifrons</i>	picapauzinho-de-testa-pintada
	ORDEM PSITTACIFORMES	
	<i>Amazona rhodocorytha</i>	chauá
	<i>Brotoyeris tirica</i>	periquito-rico
	<i>Pionus reichenowi</i>	maitaca-de-barriga-azul
	<i>Pyrrhura cruentata</i>	tiriba-grande
	<i>Pyrrhura frontalis</i>	tiriva-testa-vermelha
	<i>Pyrrhura leucotis</i>	tiriba-de-orelha-branca
	<i>Touit melanonotus</i>	apuim-de-costas-pretas
	<i>Touit surdus</i>	apuim-de-cauda-amarela
	<i>Triclaria malachitacea</i>	sabiá-cica
	ORDEM STRIGIFORMES	
	<i>Glaucidium minutissimum</i>	caburé-miudinho
	<i>Megascops atricapilla</i>	corujinha-sapo
	<i>Pulsatrix koeniswaldiana</i>	murucutu-barriga-amarela
	ORDEM TINAMIFORMES	
	<i>Crypturellus noctivagus</i>	jaó-do-sul
	<i>Tinamus solitarius</i>	macuco
	ORDEM TROGONIFORMES	
	<i>Trogon aurantius</i>	surucúá
	<i>Trogon collaris</i>	surucúá-de-coleira
Mamíferos	ORDEM DIDELPHIMORPHIA	
	<i>Didelphis aurita</i>	morcego
	<i>Monodelphis iheringi</i>	catita
	ORDEM PILOSA	
	<i>Bradypus torquatus</i>	preguiça-de-coleira
	ORDEM PRIMATES	
	<i>Alouatta guariba</i>	bugio

	<i>Callicebus melanochir</i>	guigó
	<i>Callicebus personatus</i>	guigó
	<i>Callithrix geoffroyi</i>	sagui-de-cara-branca
	<i>Callithrix kuhlii</i>	sagui-de-wied
	<i>Leontopithecus chrysomelas</i>	mico-leão-de-cara-dourada
	<i>Sapajus robustus</i>	macaco-prego-de-crista
	<i>Sapajus xanthosternos</i>	macaco-prego-de-peito-amarelo
	ORDEM RODENTIA	
	<i>Blarinomys breviceps</i>	rato-do-mato
	<i>Chaetomys subspinosus</i>	ouriço-preto
	<i>Euryoryzomys russatus</i>	rato-do-mato
	<i>Hylaeamys laticeps</i>	rato-do-mato
	<i>Oxymycterus dasytrichus</i>	rato-do-mato
	<i>Phyllomys pattoni</i>	rato-de-espinho
	<i>Phyllomys unicolor</i>	rato-de-espinho
	<i>Sooretamys angouya</i>	rato-do-mato
	<i>Thaptomys nigrita</i>	rato-do-mato
	<i>Trinomys iheringi</i>	rato-de-espinho
	<i>Trinomys mirapitanga</i>	rato-de-espinho
	<i>Trinomys paratus</i>	rato-de-espinho
	<i>Trinomys setosus</i>	rato-de-espinho
Répteis	ORDEM SQUAMATA	
	<i>Bothrops jararacussu</i>	jararacuçu
	<i>Chironius foveatus</i>	cobra-cipó
	<i>Chironius laevicollis</i>	cobra-cipó
	<i>Dipsas albifrons</i>	desconhecido
	<i>Dipsas sazimai</i>	dormideira
	<i>Echivanthera cephalostriata</i>	desconhecido
	<i>Ecpleopus gaudichaudii</i>	desconhecido
	<i>Elapomorphus wuchereri</i>	coral-falsa
	<i>Enyalius catenatus</i>	camaleãozinho
	<i>Enyalius pictus</i>	camaleãozinho
	<i>Gymnodactylus darwinii</i>	lagartixa
	<i>Helicops carinicaudus</i>	cobra-d`água
	<i>Leposoma scincoides</i>	lagartinho
	<i>Micrurus corallinus</i>	coral-verdadeira
	<i>Phyllopezus lutzae</i>	bribo
	<i>Siphlophis pulcher</i>	coral-falsa
	<i>Strobilurus torquatus</i>	lagarto-de-cauda-espinhosa
	<i>Tropidodryas serra</i>	jiboinha

<i>Xenodon neuwiedii</i>	falsa-jararaca
--------------------------	----------------

5. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E USO DA TERRA

Esta seção apresenta a caracterização socioeconômica da área de estudo a partir de dados quali-quantitativos, abordando aspectos relacionados à demografia, dinâmica econômica, uso e ocupação da terra e organização socioespacial. O objetivo é compreender como a sociedade se estrutura, utiliza e interage com o território, desde a escala regional até o contexto específico do município de Nova Viçosa.

A área de estudo insere-se no Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia (TI27), composto por 13 municípios. Esse território apresenta dinâmica socioeconômica fortemente influenciada por processos históricos de ocupação associados à abertura de eixos rodoviários, especialmente a BR-101, que desempenhou papel central na integração regional e no crescimento econômico a partir da década de 1970 (BAHIA, 2010).

No ano de 2010, o Território de Identidade registrava uma população de 416.859 habitantes, com predominância urbana (68%) em relação à população rural (32%) (IBGE, 2020). Em 2020, esse contingente populacional foi estimado em 455.543 habitantes, evidenciando crescimento demográfico ao longo da década (IBGE, 2020). O município de Teixeira de Freitas destaca-se como principal polo urbano e econômico da região, com elevado grau de urbanização e função de centralidade sub-regional, exercendo influência sobre municípios vizinhos (IBGE, 2008; BAHIA, 2010).

O processo de urbanização regional ocorreu de forma relativamente tardia, intensificando-se a partir da década de 1970 com a melhoria da infraestrutura viária. Posteriormente, a expansão da silvicultura na década de 1980 e o desenvolvimento do turismo na década de 1990 contribuíram para a diversificação econômica e para a reorganização territorial. Antes dessas transformações, predominavam atividades tradicionais baseadas no uso direto dos recursos naturais, como pesca, agricultura familiar, extrativismo vegetal e pecuária extensiva (BAHIA, 2010).



Figura 29. Evidência de uso pela população local da área costeira na praia contígua à área de estudo.

No recorte específico dos municípios costeiros, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa, Mucuri e Prado, se apresentam características distintas, com presença significativa de população rural, especialmente em áreas associadas à agropecuária. A densidade demográfica média é relativamente baixa (cerca de 22 hab/km²), inferior à média do litoral baiano, embora Nova Viçosa apresente valores superiores e maior taxa de urbanização, sua população alcançou o quantitativo de 39.509 pessoas em 2022 (o mais populoso entre esses municípios), configurando uma densidade populacional de 30,01 hab/km², (IBGE, 2020).

As tendências demográficas indicam desaceleração do crescimento populacional, com projeções de estabilização ou até redução em alguns municípios até 2030, associadas à queda das taxas de fecundidade e às transformações socioeconômicas regionais (MOREIRA; FUSCO, 2015; OLIVEIRA; ONEILL, 2013). Paralelamente, observa-se dinâmica migratória marcada pelo aumento da migração de retorno e pela redução dos fluxos negativos, com saldo migratório positivo em municípios como Nova Viçosa (SOUZA FILHO, 2017).

No que se refere ao uso e ocupação da terra, o Território de Identidade do Extremo Sul da Bahia apresenta forte predominância de pastagens, que ocupam cerca de 59% da área total, incluindo pastagens naturais e plantadas (PEDREIRA, 2004). A pecuária, inicialmente extensiva, passou por processos de modernização com a introdução de sistemas semi-intensivos voltados à produção de carne e leite.

As florestas, naturais e plantadas, constituem a segunda principal categoria de uso da terra, ocupando aproximadamente 390.414 hectares, dos quais cerca de 62% correspondem a plantações de eucalipto (IBGE, 2017). A expansão da silvicultura,

iniciada na década de 1980, consolidou-se como uma das principais atividades econômicas regionais, ocupando, em 2017, cerca de 222.689 hectares, o equivalente a 91% das florestas plantadas do território.

As áreas agrícolas somam cerca de 93.799 hectares, com tendência de redução ao longo do tempo. Atualmente, representam cerca de 7,5% da área ocupada, evidenciando perda de espaço para outras atividades, como a silvicultura e a expansão urbana (PEDREIRA, 2004; IBGE, 2017). Entre as principais culturas destacam-se banana, cacau, café, coco, mamão e maracujá, além de culturas temporárias como milho, abacaxi e cana-de-açúcar.

Apesar da relevância econômica dessas atividades, observa-se forte concentração fundiária, com aproximadamente 97% das terras sob domínio de proprietários, incluindo grandes propriedades e formas coletivas (IBGE, 2017). Esse padrão está associado ao histórico de ocupação territorial, intensificado a partir das décadas de 1960 e 1970, quando houve avanço do desmatamento e expansão de atividades produtivas.

A região também enfrenta diversos conflitos socioambientais. A expansão da silvicultura de eucalipto tem gerado impactos sobre comunidades tradicionais, promovendo mudanças na dinâmica rural, êxodo populacional e pressões sobre territórios indígenas e quilombolas (BRASIL, 2018). Além disso, atividades associadas à cadeia produtiva da celulose, como o transporte marítimo e a dragagem de canais, têm sido alvo de críticas por seus impactos sobre a pesca artesanal e os ecossistemas costeiros.

Esse processo ocorre em um contexto no qual a região se consolida como uma das principais áreas de cultivo florestal e produção de celulose do país, desempenhando papel relevante na economia baiana. Nesse cenário, a Bahia ocupa posição de destaque como o quarto maior produtor nacional de eucalipto, além de figurar entre os maiores geradores de empregos do setor de base florestal no Nordeste, com cerca de 7,7 mil postos de trabalho diretos.

Apesar da relevância econômica dessa atividade, seus benefícios sociais não se distribuem de forma proporcional. Conforme apontado no Plano de Manejo da RESEX de Cassurubá (BRASIL, 2018), o incremento no Produto Interno Bruto (PIB) total e per capita dos municípios, decorrente da expansão da silvicultura e da cadeia produtiva da celulose, não se traduziu em melhorias efetivas nas condições de vida da população local, evidenciando um descompasso entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Outros conflitos incluem a pressão por exploração de petróleo na região de Camamu-Almada, os impactos da carcinicultura e o uso de práticas predatórias na

pesca, que ameaçam a biodiversidade e a sustentabilidade das atividades tradicionais (ICMBio, 2018). Esses fatores evidenciam a complexidade da dinâmica socioeconômica regional e a necessidade de estratégias integradas de gestão territorial.

No contexto urbano, a expansão das cidades tem ocorrido, em muitos casos, de forma desordenada, com deficiência de infraestrutura básica, incluindo saneamento, abastecimento de água e gestão de resíduos sólidos (BAHIA, 2004; SOUZA, 2017). Esse processo é intensificado pelo êxodo rural e pela atração de atividades econômicas, especialmente ligadas à silvicultura, resultando na ocupação de áreas ambientalmente frágeis.

No que se refere ao turismo, a Costa das Baleias destaca-se pela observação de baleias jubarte, além de atividades como mergulho, turismo de natureza e visitação a unidades de conservação. Pesquisa realizada em 2019 indica que os principais atrativos são sol e praia (42%), festas populares (25%) e natureza (12%), com avaliação geral positiva dos visitantes, embora persistam desafios relacionados à infraestrutura e acessibilidade (SEBRAE, 2019).

Inserido nesse contexto regional, o município de Nova Viçosa apresenta PIB per capita de R\$ 17.711,00 e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,654 (IBGE, s.d.), indicando nível médio de desenvolvimento.

A área proposta localiza-se a aproximadamente 7,062 km da sede municipal, em uma zona de transição entre o espaço urbano consolidado e áreas ainda pouco ocupadas do município de Nova Viçosa, o que a coloca diretamente sob influência do processo de expansão urbana. Trata-se de um contexto dinâmico, no qual a valorização imobiliária e a ampliação da infraestrutura tendem a induzir mudanças rápidas no uso da terra.

No entorno imediato, observa-se ocupação heterogênea, composta por residências, pequenas atividades produtivas e usos agropecuários, enquanto, em escala mais ampla, predominam monoculturas de eucalipto e coco. Essas atividades exercem forte pressão sobre a paisagem, contribuindo para a simplificação dos ecossistemas.

No interior da área proposta, não há ocupação consolidada, sendo observadas apenas intervenções pontuais, como trilhas informais e circulação eventual de pessoas, geralmente associada ao modo de vida do antigo proprietário da área, Frans Krajcberg. Esse cenário indica que a área ainda mantém condições ambientais preservadas, embora já existam sinais iniciais de uso antrópico que podem se intensificar na ausência de instrumentos de ordenamento territorial.

A dinâmica econômica local está fortemente associada ao turismo, à pesca artesanal e ao setor de serviços, atividades que dependem diretamente da qualidade ambiental. A integridade dos ecossistemas influencia tanto a atratividade turística quanto a produtividade pesqueira, evidenciando a interdependência entre conservação ambiental e economia local.

Nesse contexto, a criação de uma unidade de conservação apresenta-se como instrumento estratégico, não apenas para a proteção dos recursos naturais, mas também para a promoção de um modelo de desenvolvimento mais sustentável. Ao valorizar os atributos ambientais e culturais da área, abre-se espaço para atividades como ecoturismo e educação ambiental, contribuindo para a diversificação econômica.

6. SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS

A região é amplamente reconhecida por sua elevada biodiversidade e pela ocorrência de múltiplas tipologias vegetais, configurando-se como área prioritária para a conservação. Essa relevância está diretamente associada à heterogeneidade ambiental e à sua contribuição para a oferta de serviços ecossistêmicos essenciais, como a regulação climática, a proteção do solo e a manutenção dos recursos hídricos.

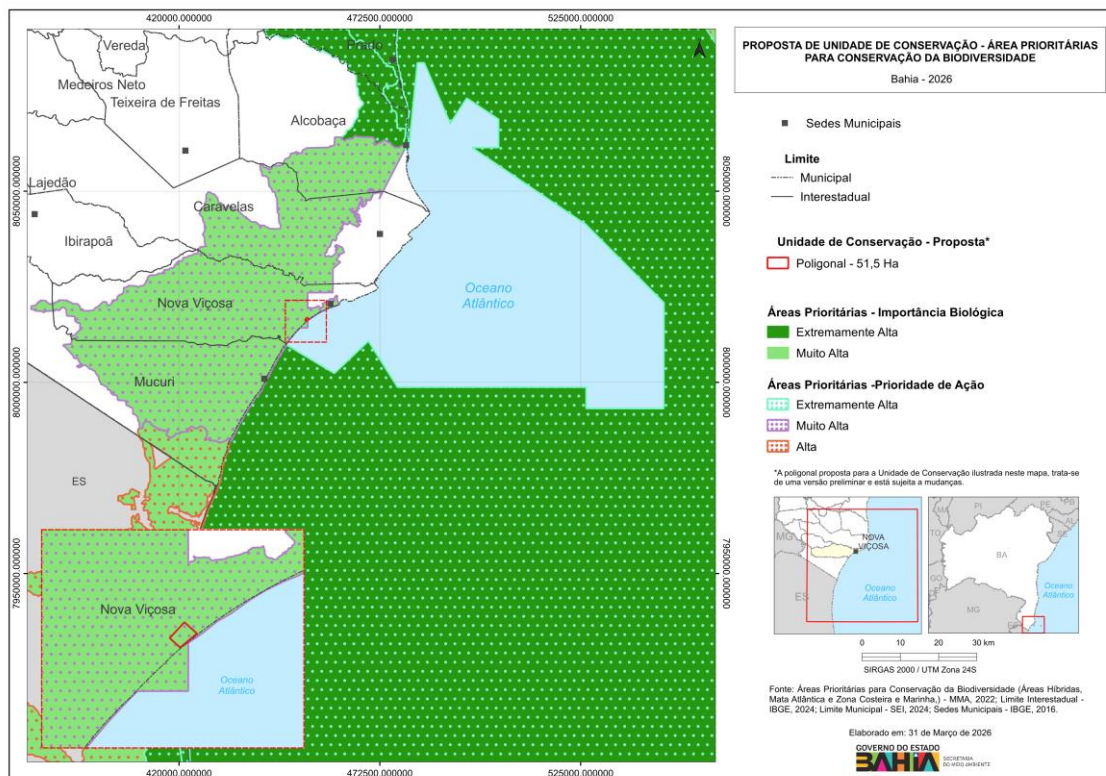


Figura 30. Mapa evidenciando as áreas prioritárias para conservação da região onde se insere a Unidade de Conservação proposta. Elaboração: SEMA, 2026.

Nesse contexto, os serviços ecossistêmicos são definidos como os benefícios diretos e indiretos obtidos pelas sociedades humanas, sendo classificados em quatro categorias principais: serviços de provisão (como alimentos, água, madeira e fibras); serviços reguladores (relacionados à regulação climática, controle de inundações, doenças, qualidade da água, entre outros); serviços culturais (associados a valores recreativos, estéticos e espirituais); e serviços de suporte (como formação do solo, fotossíntese e ciclagem de nutrientes) (MEA, 2005). A

continuidade desses serviços é indispensável para a manutenção das condições de vida humanas e da estabilidade ambiental.

Nesse cenário, as Unidades de Conservação assumem papel estratégico, não apenas na proteção da biodiversidade, mas também na garantia da continuidade desses serviços. Além disso, contribuem para a dinamização econômica regional, ao fomentar cadeias produtivas sustentáveis e gerar oportunidades de trabalho e renda em suas áreas de influência. Quando bem estruturadas, essas áreas conciliam conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

A distribuição espacial dos serviços ecossistêmicos evidencia padrões relevantes. No domínio da Mata Atlântica, serviços reguladores, como o armazenamento de carbono, a regulação hídrica e a manutenção da fertilidade do solo, concentram-se sobretudo em regiões com maior cobertura vegetal remanescente e presença de áreas protegidas, como a Serra do Mar e porções do litoral da Bahia. Esses territórios correspondem aos principais núcleos de conservação do bioma, reforçando a importância de sua proteção.

No contexto local, a paisagem formada por restingas no município de Nova Viçosa evidencia uma atuação integrada das diferentes fitofisionomias na manutenção dos serviços ecossistêmicos. A disponibilidade de água doce, por exemplo, está diretamente relacionada à dinâmica dos cursos d'água e ao comportamento do lençol freático, cuja estabilidade depende da conservação da cobertura vegetal. Em especial, as áreas úmidas desempenham papel fundamental na recarga de aquíferos, favorecida pela elevada permeabilidade dos solos arenosos presentes nos terraços marinhos da planície costeira.

Esse processo é determinante para a manutenção dos ecossistemas associados, especialmente os manguezais, além de atender parte significativa da população local que depende de fontes subterrâneas para abastecimento. Paralelamente, a vegetação contribui para a estabilização de sedimentos, a ciclagem de nutrientes e a oferta de habitats.

As comunidades locais também se beneficiam diretamente desses ecossistemas, utilizando recursos vegetais para fins alimentares, medicinais, energéticos e artesanais. Esse uso reforça a importância social e econômica da conservação, especialmente quando associado a práticas sustentáveis.

Entre os principais serviços ecossistêmicos identificados na área, destacam-se funções de regulação, como a proteção e estabilização dos sedimentos, a recarga de aquíferos, o controle de erosão e inundações, a regulação microclimática e a proteção da linha de costa. Soma-se a isso a provisão de recursos, incluindo água doce, alimentos, madeira e produtos medicinais, além de serviços culturais

relacionados ao turismo, à educação ambiental e aos valores paisagísticos. Também são fundamentais os serviços de suporte, como a formação do solo, a ciclagem de nutrientes e a conectividade da paisagem.

De forma integrada, essas funções ecológicas sustentam o equilíbrio ambiental e influenciam dinâmicas que extrapolam os limites imediatos da área. A vegetação de restinga, em particular, desempenha papel central na estabilização dos solos arenosos e na regulação hídrica, contribuindo para a manutenção da integridade da paisagem costeira. Ao mesmo tempo, favorece a infiltração da água e a recarga de aquíferos, aspecto crucial em regiões onde a água subterrânea é um recurso estratégico.

No que se refere às funções de suporte, a conectividade entre diferentes ambientes naturais destaca-se como elemento-chave para a manutenção dos fluxos ecológicos. Essa conectividade permite o deslocamento da fauna, a dispersão de sementes e a continuidade dos processos ecológicos em escala de paisagem.

Além disso, a área apresenta relevância sob o ponto de vista cultural e paisagístico, oferecendo potencial para atividades de recreação, turismo de base comunitária e educação ambiental. Em um cenário de crescente pressão antrópica sobre os ambientes costeiros, esses atributos reforçam a importância de estratégias de conservação que conciliem proteção ambiental e uso sustentável.

Nesse contexto, a proximidade com outras áreas protegidas e com zonas reconhecidas internacionalmente, como a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, amplia significativamente a importância da área de estudo. A inserção em uma rede de áreas conservadas contribui para a manutenção da conectividade ecológica em escala regional, favorecendo a formação de corredores ecológicos e a preservação de processos biológicos essenciais.

A fragmentação de habitats, decorrente da conversão de áreas naturais em paisagens antropizadas, representa um dos principais desafios à conservação. Esse processo reduz a disponibilidade de áreas para a fauna e flora, promove o isolamento populacional e compromete o fluxo gênico, aumentando o risco de perda de biodiversidade. Diante desse cenário, torna-se fundamental adotar uma abordagem que considere a paisagem de forma integrada, ultrapassando os limites físicos das unidades de conservação.

A conectividade da paisagem emerge, assim, como um conceito central, sendo definida pelo grau de ligação entre fragmentos de vegetação em um território. Estratégias como a implementação de corredores ecológicos, a manutenção de fragmentos intermediários (trampolins ecológicos) e a conservação de elementos naturais, como áreas úmidas, são essenciais para fortalecer essa conectividade.

Nas formações de restinga, essa conectividade pode ocorrer naturalmente ao longo dos cordões arenosos paralelos à linha de costa, que funcionam como corredores de vegetação. No entanto, a configuração espacial desses remanescentes varia regionalmente. Em municípios como Prado e Alcobaça, observa-se maior fragmentação, com predominância de áreas menores e mais isoladas. Por outro lado, em Nova Viçosa e Mucuri, ainda existem fragmentos mais extensos e relativamente conectados, o que representa uma oportunidade estratégica para a conservação em escala regional.

Dessa forma, a área de estudo, mesmo inserida em um contexto de pressão antrópica, desempenha papel relevante na manutenção da conectividade ecológica e na conservação da biodiversidade, reforçando a necessidade de sua proteção e manejo adequado.

7. PRESSÕES E AMEAÇAS

Na região da Hileia Baiana, observa-se um cenário marcado pela presença de remanescentes florestais associados a pressões crescentes decorrentes do uso e ocupação do solo e da expansão territorial (FARIA *et al.*, 2021). Municípios como Caravelas e Mucuri vêm apresentando processos recentes de expansão que resultam em impactos ambientais relevantes (SILVA *et al.*, 2016). Em áreas costeiras, como a Planície de Caravelas, ecossistemas como manguezais e restingas destacam-se pela elevada vulnerabilidade, sendo os manguezais particularmente sensíveis à ação antrópica e às mudanças climáticas (SOUZA; VALE, 2016; MAGRIS; BARRETO, 2010; LEÃO *et al.*, 2018).

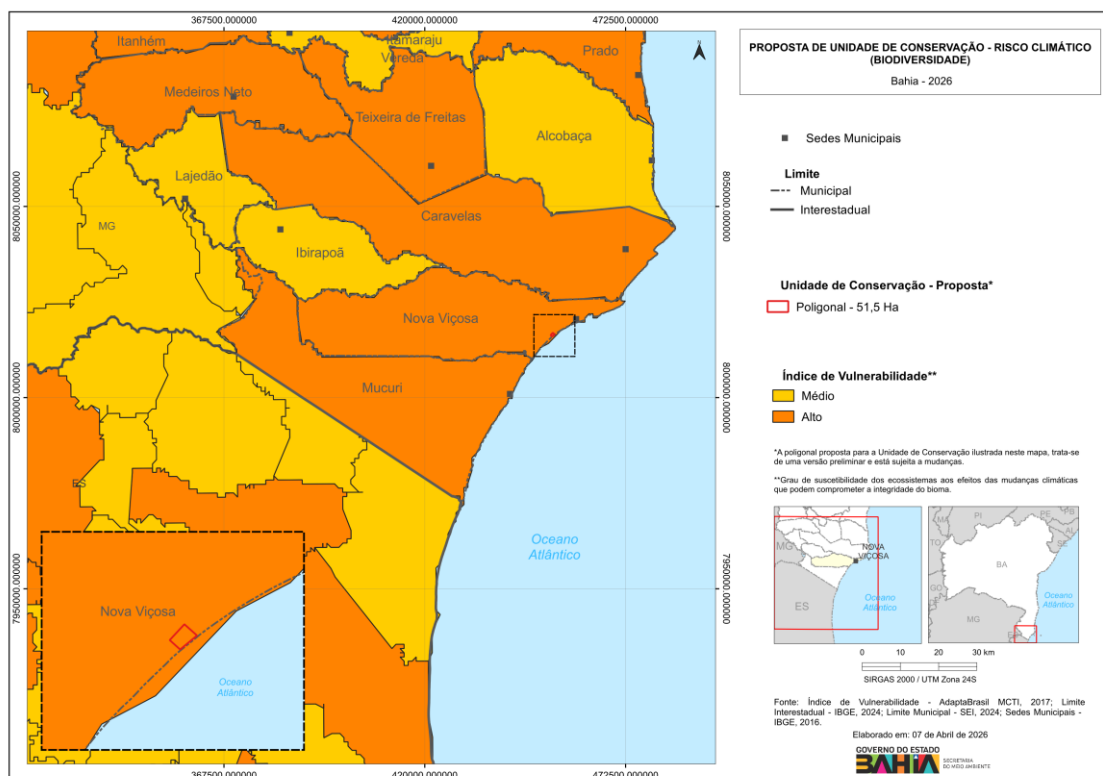


Figura 31. Mapa evidenciando risco climático, em relação a biodiversidade, na região onde se insere a Unidade de Conservação proposta. Elaboração: SEMA, 2026.

As transformações nos ecossistemas regionais são influenciadas por uma combinação de fatores diretos, como perda de hábitat, poluição e introdução de espécies invasoras, e fatores indiretos, relacionados às dinâmicas econômicas e

sociais (MEA, 2005). Estima-se que entre 70% e 85% das espécies vegetais com distribuição restrita no Brasil estejam sob risco em função da perda de hábitat e das mudanças climáticas (SILVA *et al.*, 2019). No contexto da Mata Atlântica, a ocupação antrópica, a expansão urbana e a introdução de espécies exóticas têm contribuído significativamente para a redução da biodiversidade e da biomassa (SOLÓRZANO *et al.*, 2021; LIMA *et al.*, 2020; ROSA *et al.*, 2021).

Nesse cenário, destacam-se como principais vetores de pressão ambiental a perda de hábitat, a urbanização, a exploração intensiva de recursos naturais, a ocorrência de incêndios, as mudanças climáticas e a disseminação de espécies invasoras, fatores que atuam de forma integrada e potencializam os processos de degradação.

Do ponto de vista do uso e ocupação do território, a região apresenta histórico de transformação associado à expansão de atividades produtivas. As pastagens ainda constituem a principal matriz de uso do solo, especialmente na planície costeira de Caravelas, embora grande parte dessas áreas se encontre em diferentes estágios de degradação, com ocorrência de processos erosivos, como erosão laminar e em sulcos, além de extensas áreas abandonadas que contribuem para o assoreamento dos cursos d'água (SPANGHERO; OLIVEIRA, 2015).

As atividades agrícolas, por sua vez, apresentam retração relativa quando comparadas ao conjunto do Território de Identidade, ocupando cerca de 50.565 hectares nos municípios costeiros, o que corresponde a aproximadamente 53,91% da área destinada à agricultura no território. Essa redução está associada, sobretudo, à substituição por atividades como a silvicultura, além da expansão de empreendimentos imobiliários e turísticos ao longo da faixa litorânea.

A expansão da silvicultura, especialmente do eucalipto, configura-se como um dos principais vetores de transformação territorial. Em 2017, as plantações atingiam 222.689 hectares, correspondendo a cerca de 91% das florestas plantadas do território, evidenciando a forte predominância dessa atividade na organização do espaço regional. Esse processo tem impactado diretamente a dinâmica rural, promovendo alterações no uso da terra, intensificação do êxodo rural e conflitos com populações tradicionais, especialmente em territórios indígenas e de comunidades quilombolas ainda em processo de regularização.

Paralelamente, as florestas naturais encontram-se altamente reduzidas em função de séculos de exploração, inicialmente associada ao extrativismo colonial e, posteriormente, à atividade madeireira. Atualmente, esses remanescentes representam menos de 5% da cobertura original, concentrando-se principalmente nos municípios costeiros, onde ocupam cerca de 69.817 hectares, dos quais aproximadamente 61.919 hectares estão sob proteção legal, enquanto 7.898

hectares permanecem sem proteção formal. No caso de Nova Viçosa, cerca de 16% desses remanescentes estão localizados em seu território.

A configuração atual da paisagem também reflete processos históricos de ocupação intensificados a partir das décadas de 1960 e 1970, impulsionados pelo baixo valor das terras e pela entrada de agentes externos, como madeireiros e empresas provenientes principalmente dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Esses processos resultaram em desmatamento expressivo da Mata Atlântica e na consolidação de uma estrutura fundiária concentrada.

No ambiente costeiro, os impactos desses processos tornam-se ainda mais evidentes. Estudos sobre a linha de costa indicam que cerca de 38,85% do litoral encontra-se em processo de erosão, especialmente em áreas urbanizadas, enquanto outros trechos apresentam equilíbrio (29,65%), progradação (1,02%) ou alta variabilidade, sobretudo em desembocaduras fluviais (SANTOS, 2006). Esses dados evidenciam a sensibilidade dos sistemas costeiros às intervenções antrópicas.

As transformações socioeconômicas associadas à introdução da silvicultura e à expansão do turismo também impactaram profundamente a organização social e territorial. Embora essas atividades tenham impulsionado o crescimento econômico, contribuíram simultaneamente para a desestruturação de economias locais tradicionais, gerando conflitos sociais e deslocamentos populacionais (DIEGUES, 1997).

A expansão urbana, por sua vez, tem ocorrido de forma frequentemente desordenada, com investimentos insuficientes em infraestrutura, resultando em problemas como deficiência no abastecimento de água, precariedade no esgotamento sanitário, dificuldades de acesso a serviços de saúde e educação e ocupação de áreas ambientalmente sensíveis (BAHIA, 2004; QUEIROZ; ALMEIDA, 1997; SPINOLA, 1997).

Nesse contexto regional, a área de estudo apresenta elevada vulnerabilidade ambiental, resultante tanto de suas características naturais quanto das pressões associadas ao uso e ocupação do território. A expansão urbana desordenada configura-se como um dos principais fatores de risco, avançando sobre áreas ainda pouco alteradas e promovendo a supressão da vegetação nativa e a fragmentação dos habitats.

Além disso, intervenções como abertura de acessos informais, usos incipientes e atividades produtivas no entorno contribuem para a alteração das condições físicas e biológicas da área. A presença de monoculturas e outras formas de

exploração intensiva exerce pressão adicional, tanto direta quanto indireta, afetando o solo, os recursos hídricos e a dinâmica ecológica.

Esses impactos são particularmente críticos nas formações de restinga, que constituem o principal tipo de vegetação local. Tratam-se de ecossistemas naturalmente frágeis, desenvolvidos sobre solos arenosos, pouco consolidados e com baixa disponibilidade de nutrientes, nos quais a vegetação desempenha papel fundamental na estabilização do solo, na retenção de matéria orgânica e na ciclagem de nutrientes.

A regeneração natural nesses ambientes é lenta e depende de condições ecológicas específicas. A remoção da cobertura vegetal expõe o solo à ação de agentes erosivos, como vento e chuva, podendo desencadear processos de degradação de difícil reversão. Nesses casos, a recomposição da vegetação tende a ser lenta, prolongando os efeitos dos impactos ao longo do tempo.

Outro fator relevante é a fragmentação dos habitats, que reduz a conectividade entre áreas naturais, dificultando o deslocamento da fauna e comprometendo fluxos ecológicos essenciais. Em ambientes costeiros, onde os ecossistemas já apresentam certa compartimentação natural, essa fragmentação tende a gerar efeitos ainda mais significativos sobre a biodiversidade.

Diante desse conjunto de fatores, torna-se evidente a necessidade de adoção de medidas de proteção e manejo que considerem tanto as limitações naturais quanto o contexto de pressão territorial no qual a área está inserida. A manutenção da vegetação nativa, nesse sentido, é fundamental não apenas para a preservação da paisagem, mas para a garantia do funcionamento dos processos ecológicos que sustentam o sistema como um todo.

8. INSERÇÃO EM ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO

A área insere-se em um contexto regional onde a conservação da natureza já se estrutura a partir de um conjunto de unidades de conservação distribuídas pelo território. No extremo sul da Bahia, esse arranjo integra o Mosaico de Áreas Protegidas do Extremo Sul da Bahia, no qual diferentes categorias de manejo, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável, atuam de forma complementar. Essa organização favorece a conservação em escala de paisagem, permitindo que os ecossistemas não funcionem de maneira isolada, mas sim como um sistema interligado, no qual processos ecológicos essenciais são mantidos.

Esse contexto é reforçado pela inserção da área na Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, reconhecimento que evidencia sua relevância em âmbito internacional. As reservas da biosfera são concebidas como territórios que conciliam conservação da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e produção de conhecimento, o que amplia a importância estratégica da área de estudo. Dessa forma, a sua proteção não atende apenas a demandas locais, mas se alinha a diretrizes mais amplas de conservação do bioma Mata Atlântica.

Nesse cenário, a proximidade com a Reserva Extrativista de Cassurubá assume papel central. Parte da área proposta encontra-se em sua zona de amortecimento, o que implica a necessidade de considerar, em qualquer intervenção, os possíveis impactos sobre essa unidade. A zona de amortecimento funciona como uma área de transição, na qual o uso do solo deve ser orientado por critérios compatíveis com a conservação, reduzindo pressões externas sobre ecossistemas sensíveis, como manguezais e estuários. Isso reforça a importância de uma gestão territorial integrada, capaz de articular diferentes instrumentos e escalas de planejamento.

A criação da unidade de conservação proposta se insere de forma coerente nesse contexto. Ao instituir um regime formal de proteção em uma área ainda não contemplada, amplia-se a cobertura de áreas protegidas em uma região que já apresenta sinais de pressão, sobretudo pela expansão urbana e pela intensificação de atividades produtivas. Essa ampliação não é apenas quantitativa, mas também qualitativa, ao incorporar ambientes ainda pouco representados nas estratégias de conservação regional, como as formações de restinga em áreas de interface com o espaço urbano.

Um dos aspectos mais relevantes associados à proposta é o fortalecimento da conectividade ecológica. A manutenção de áreas naturais intermediárias é fundamental para garantir a continuidade entre fragmentos de vegetação, permitindo o deslocamento da fauna, a dispersão de sementes e a manutenção

dos fluxos gênicos. Em regiões costeiras, onde os ecossistemas já apresentam certa compartimentação natural, a conectividade torna-se ainda mais crítica para evitar o isolamento de populações e a perda de biodiversidade. Nesse sentido, a área proposta pode atuar como elo funcional entre diferentes unidades de conservação, contribuindo para a formação de corredores ecológicos e para o aumento da resiliência dos ecossistemas frente a perturbações.

Paralelamente, torna-se evidente a importância dos instrumentos de ordenamento territorial na consolidação dessa conectividade. Ferramentas como zoneamentos ecológico-econômicos, planos diretores municipais, planos de manejo e a definição de zonas de amortecimento desempenham papel essencial na orientação do uso e ocupação do solo. Esses instrumentos permitem estabelecer diretrizes claras para o desenvolvimento, compatibilizando atividades econômicas com a conservação ambiental e evitando a fragmentação desordenada da paisagem. Sem esse suporte normativo e técnico, mesmo áreas protegidas podem sofrer pressões indiretas que comprometem sua integridade ecológica.

Além disso, a nova unidade tende a exercer um efeito positivo sobre as áreas protegidas já existentes. Ao ordenar o uso do solo em seu território e entorno, contribui para a redução de pressões indiretas sobre unidades como a RESEX Cassurubá, mitigando processos como desmatamento, ocupações irregulares e usos incompatíveis. Esse efeito de proteção indireta é particularmente relevante em regiões onde a dinâmica de ocupação é intensa e, muitas vezes, pouco planejada.

Dessa forma, a criação da unidade proposta ultrapassa a lógica de proteção pontual, consolidando-se como um elemento estratégico na organização territorial e na conservação em escala regional. Ao se integrar ao mosaico de áreas protegidas e à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, fortalece a conectividade ecológica, amplia a efetividade das políticas ambientais e contribui para a construção de um território mais equilibrado, resiliente e sustentável.

9. POTENCIAL PARA USO PÚBLICO

A área apresenta condições bastante favoráveis para o uso público, sobretudo pela combinação entre proximidade com o tecido urbano, facilidade de acesso e presença de ambientes naturais ainda bem conservados. Esse conjunto configura um cenário estratégico para a implantação de um espaço voltado ao contato com a natureza, com elevado potencial de visitação. No entanto, para que essa vocação se consolide de forma adequada, é fundamental que o uso seja orientado por planejamento e investimentos específicos, capazes de estruturar a visitação sem comprometer a integridade ambiental.

Nesse sentido, a implantação de trilhas interpretativas desponta como uma das principais estratégias de organização do uso público. A área abriga diferentes formações de restinga, o que permite explorar, ao longo dos percursos, a transição entre ambientes mais secos e áreas úmidas, bem como os processos ecológicos associados a cada um deles. Atualmente, foram identificadas três trilhas reconhecidas pelos funcionários, embora apenas uma se encontre em condições adequadas para visitação. A estruturação dessas rotas, com sinalização, manejo e definição de capacidade de carga, é essencial não apenas para qualificar a experiência do visitante, mas também para evitar a dispersão desordenada e os impactos sobre a vegetação.

As atividades de educação ambiental encontram na área um campo especialmente promissor. A proximidade com a cidade facilita o acesso de escolas, universidades, grupos comunitários e visitantes em geral, favorecendo a realização de ações contínuas. Além disso, o próprio contexto da área — marcada por pressões urbanas e pela necessidade de conservação — permite o desenvolvimento de abordagens que integrem teoria e prática, aproximando a temática ambiental da realidade local. Esse potencial, contudo, ainda não é plenamente explorado, uma vez que não há, até o momento, uma política estruturada de visitação pública, apesar da demanda já existente.

O uso recreativo e contemplativo também se apresenta como uma vocação natural do local. Atividades como caminhadas, observação da paisagem e vivências ao ar livre podem ser desenvolvidas de forma compatível com a conservação, desde que respeitados os limites ambientais. Para isso, torna-se indispensável a implantação de infraestrutura básica de apoio à visitação, incluindo banheiros, pontos de água, espaços de recepção, áreas de primeiros socorros e estruturas de orientação ao visitante. A ausência desses elementos limita o aproveitamento do potencial existente e pode gerar impactos decorrentes do uso não planejado.

A qualidade paisagística da área constitui outro fator de destaque. A diversidade de formas, cores e texturas da vegetação de restinga, associada à dinâmica da luz e à proximidade com ambientes costeiros, confere ao local elevado valor cênico. Esse atributo desempenha papel importante na experiência do visitante e na construção de vínculos com o espaço, contribuindo para o reconhecimento de sua importância e para o engajamento em sua conservação.

A presença do Sítio Natura acrescenta uma dimensão singular a esse conjunto, integrando arte, cultura e natureza de maneira indissociável. A área abriga pelo menos 18 estruturas relacionadas ao modo de vida e à obra de Franz Krajcberg (ANEXO I), além de um conjunto expressivo de 21 esculturas de chão catalogadas pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC), identificadas pelos códigos FK0056, FK0161, FK0165, FK0183, FK0201, FK0203, FK0272, FK0273, FK0306, FK0327, FK0338, FK0342, FK0349, FK0352, FK0355, FK0358, FK0365, FK0372, FK0374, FK0385 e FK0634. Esse acervo confere ao local um elevado valor cultural e simbólico, ampliando significativamente as possibilidades de uso público. A integração entre esses elementos permite a construção de experiências que articulam sensibilização estética, educação ambiental e reflexão crítica sobre a relação entre sociedade e natureza.

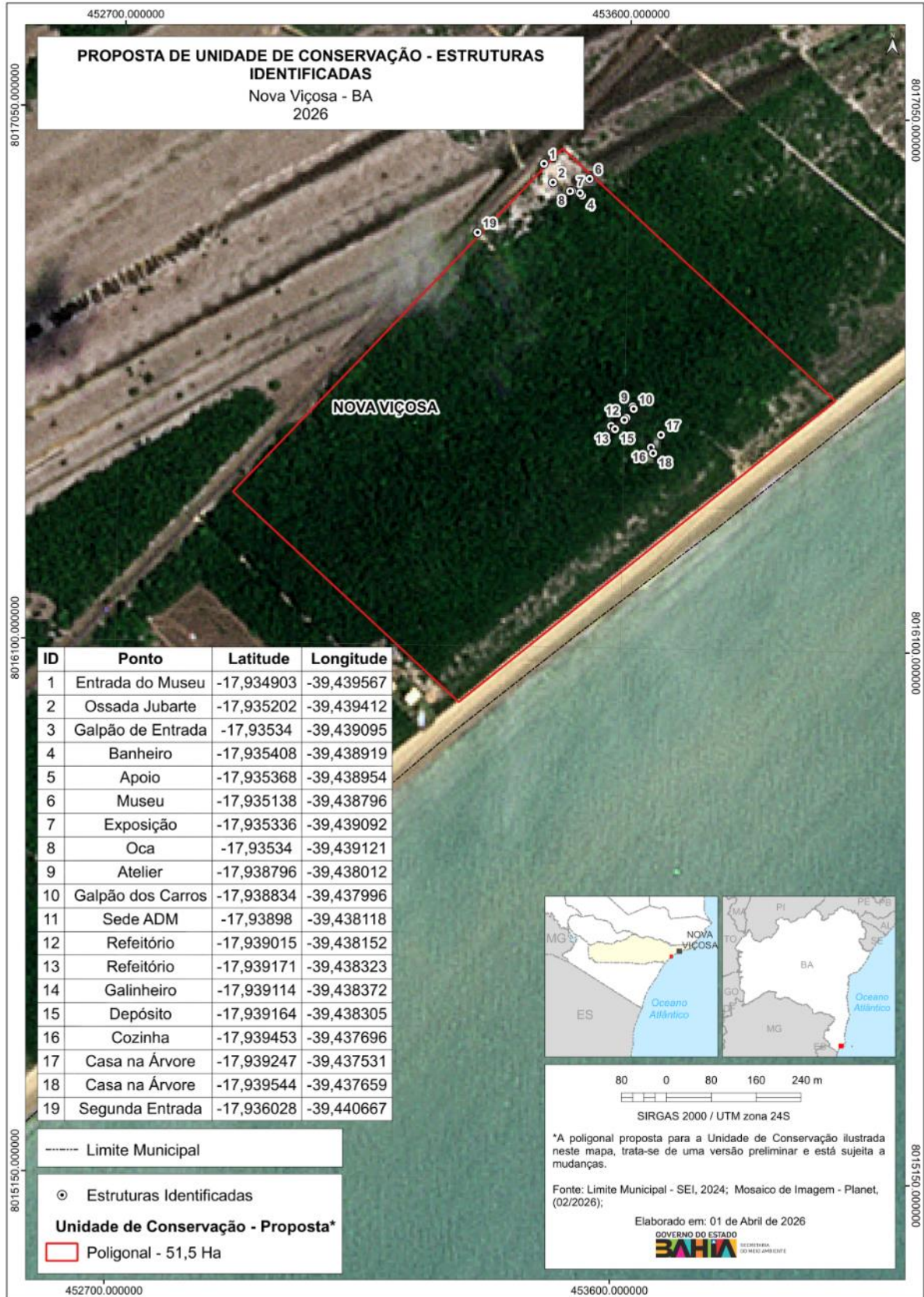


Figura 32. Mapa das estruturas identificadas. Elaboração: SEMA, 2026.



Figuras 33 e 34. Obras de Krájčberg acondicionadas em estrutura na área de visita.

Por outro lado, essa mesma relevância cultural impõe a necessidade de investimentos robustos em segurança e gestão. Atualmente, a área conta com guardas patrimoniais e técnicos dedicados, porém não dispõe de sistemas de monitoramento remoto ou outros dispositivos tecnológicos de segurança. Considerando o valor do patrimônio existente, torna-se fundamental o fortalecimento dessas estruturas, garantindo a proteção dos bens culturais e a segurança dos visitantes.

Dessa forma, o uso público da área deve ser concebido de maneira integrada e planejada, incorporando dimensões recreativas, educativas, culturais e formativas. A consolidação desse potencial depende da implementação de infraestrutura adequada, da definição de diretrizes claras de visitação e do fortalecimento dos mecanismos de gestão e proteção. Essa abordagem é plenamente compatível com

uma unidade de conservação, que pressuponha a conciliação entre conservação ambiental e acesso público qualificado. Quando bem estruturada, a área não apenas preserva seus atributos naturais e culturais, mas também se afirma como espaço de referência para a educação, a cultura e o lazer, contribuindo para o fortalecimento do vínculo entre a sociedade e o território.

10. LEGADO DE FRANS KRAJCBERG

O Sítio Natura constitui espaço diretamente associado à trajetória de Frans Krajcberg, cuja atuação artística e ambiental possui reconhecimento nacional e internacional.

A área abriga estruturas, acervo artístico e elementos simbólicos que consolidam sua relevância como patrimônio cultural.

A criação de uma unidade de conservação permite integrar conservação ambiental e valorização cultural, estabelecendo um modelo de gestão territorial que articula natureza, arte e memória.

Frans Krajcberg foi escultor, pintor e fotógrafo, nascido na Polônia e posteriormente naturalizado brasileiro. Formou-se em Engenharia e Artes na Universidade de Leningrado e teve sua trajetória profundamente marcada pela Segunda Guerra Mundial. De origem judaica, perdeu familiares durante o conflito, sua mãe foi executada pelas forças nazistas e outros parentes morreram em campos de concentração. Ele próprio chegou a ser capturado, mas conseguiu fugir e juntar-se ao exército soviético, onde atuou como construtor de pontes, sendo reconhecido como herói de guerra.

Em 1948, mudou-se para o Brasil, iniciando uma trajetória que o levaria a se integrar de forma definitiva ao cenário artístico e cultural do país. Participou da primeira Bienal de São Paulo, em 1951, e, nos anos seguintes, alternou sua permanência entre o Brasil e a Europa, vivendo em cidades como Paris e Ibiza. Nesse período, desenvolveu sua produção artística e ampliou seu contato com diferentes correntes estéticas.

Na década de 1950, estabeleceu-se por um período em Minas Gerais, onde viveu de forma bastante isolada, em uma caverna na região de Itabirito. Ali produziu intensamente esculturas e gravuras, em contato direto com a natureza, o que já indicava uma mudança importante em sua relação com a arte. Depois de uma breve passagem pelo Paraná, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou ao lado do escultor Franz Weissmann. Em 1957, adquiriu a cidadania brasileira e, no ano seguinte, retornou à Europa, permanecendo em Paris até 1964, sem interromper suas viagens e experimentações artísticas.

De volta ao Brasil, sua produção passou a incorporar de forma mais direta elementos naturais, como cipós, raízes e madeira, dando origem a trabalhos que exploravam a relação entre forma, matéria e ambiente. Essa aproximação com a

natureza se intensificou a partir da década de 1970, quando se mudou definitivamente para Nova Viçosa, no extremo sul da Bahia. Foi nesse momento que se estabeleceu no Sítio Natura, onde instalou seu ateliê e construiu, com apoio do arquiteto Zanine Caldas, uma residência suspensa sobre o tronco de uma árvore. À época, havia a expectativa de transformar o município em um polo cultural, projeto que chegou a mobilizar nomes como Chico Buarque, Oscar Niemeyer e Dorival Caymmi.

Um fator decisivo em sua trajetória foi a necessidade de abandonar a pintura com tinta a óleo, devido a problemas de saúde causados por intoxicação. A partir daí, Krajcberg passou a trabalhar quase exclusivamente com materiais naturais, especialmente troncos, raízes e resíduos de árvores queimadas ou derrubadas. Muitos desses materiais eram recolhidos em áreas afetadas por desmatamento, sobretudo na Amazônia, no Mato Grosso e na Mata Atlântica. Ao mesmo tempo, passou a registrar fotograficamente a destruição das florestas, transformando sua produção em um instrumento de denúncia.

Ao longo da vida, atuou de forma contundente como ativista ambiental. Denunciou queimadas no Paraná, o avanço do desmatamento na Amazônia, a exploração mineral em Minas Gerais e defendeu a preservação de espécies, como as tartarugas marinhas que desovam no litoral de Nova Viçosa. No Sítio Natura, onde viveu por décadas, promoveu a recuperação ambiental da área, contribuindo para a formação de uma floresta com mais de 10 mil árvores nativas introduzidas por ele desde os anos 1970.



Figura 35. Obra em homenagem à casa na árvore de Frans Krajcberg em praça no município de Nova Viçosa-BA.

Krajcberg não se via apenas como artista. Preferia ser reconhecido como um militante ecológico, alguém que utilizava a arte como forma de expressão, mas também como instrumento de transformação. Sua produção está diretamente ligada à ideia de despertar uma consciência ambiental mais ampla, voltada à preservação da vida e à sustentabilidade. Ao longo do tempo, seu trabalho passou a dialogar com organizações e movimentos internacionais comprometidos com a defesa do meio ambiente.

Em 2009, com o objetivo de garantir a preservação de seu acervo e viabilizar a criação de um museu dedicado à sua obra, Krajcberg doou ao Governo do Estado da Bahia seus bens, incluindo obras, imóveis e objetos pessoais. Essa iniciativa deu origem ao projeto do Museu Artístico e Ecológico Frans Krajcberg, reforçando a importância de seu legado para o estado e para o país.

Frans Krajcberg faleceu em 15 de novembro de 2017, no Rio de Janeiro. Sua trajetória, no entanto, permanece fortemente associada ao Sítio Natura e à paisagem de Nova Viçosa, onde sua obra e sua atuação deixaram marcas profundas.

Sua produção artística é frequentemente compreendida como algo que ultrapassa o campo estético. Trata-se de uma obra construída a partir de uma relação direta com a natureza, que incorpora elementos naturais não apenas como matéria, mas como linguagem. Ao trabalhar com resíduos de destruição, troncos queimados, raízes arrancadas, Krajcberg transformou sua arte em um testemunho das agressões ao meio ambiente, mas também em um gesto de resistência.

Críticos e estudiosos destacam que sua obra não pode ser dissociada de sua trajetória pessoal e de seu posicionamento diante do mundo. Ela dialoga com questões sociais, políticas e ambientais, ao mesmo tempo em que expressa uma experiência individual marcada pela guerra, pela perda e pela reconstrução. Nesse sentido, sua produção tem sido reconhecida como singular, a ponto de se falar em uma poética própria, frequentemente referida como “krajcberguiana”.

Mais do que um projeto artístico, sua obra pode ser entendida como uma ética. Ao longo de mais de meio século, Krajcberg construiu uma trajetória em que arte e natureza se confundem, dando forma a uma linguagem que busca não apenas representar o mundo, mas intervir nele. É nesse cruzamento entre criação artística e ativismo ambiental que reside a força de seu legado, cuja relevância ultrapassa fronteiras e permanece atual diante dos desafios contemporâneos.

11. SITUAÇÃO FUNDIÁRIA

A área proposta encontra-se integralmente inserida em domínio público estadual, sendo parte do patrimônio do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC).

Não há registros de ocupações consolidadas no interior da poligonal, inexistindo, portanto, conflitos fundiários relevantes que comprometam a viabilidade da criação da unidade.

Essa condição representa fator estratégico, uma vez que elimina entraves jurídicos frequentemente associados à implantação de Unidades de Conservação.

12. CONCLUSÃO

Com base nas análises realizadas, conclui-se que a área do Sítio Natura apresenta condições ambientais, territoriais e socioeconômicas que justificam a criação de uma Unidade de Conservação estadual.

A proposta de instituição uma Unidade de Conservação estadual deverá permitir a conservação dos remanescentes de ecossistemas costeiros, a proteção de serviços ecossistêmicos e o ordenamento do uso do solo em área sob pressão de urbanização.

Adicionalmente, a unidade contribuirá para a integração com as estratégias regionais de conservação, especialmente em função de sua proximidade com a Reserva Extrativista de Cassurubá, fortalecendo o sistema de áreas protegidas no extremo sul da Bahia.

Dessa forma, recomenda-se a continuidade do processo de criação da unidade.

13. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALHO, C. J. R. Small mammal populations of Brazilian cerrado: the dependence of abundance and diversity on habitat complexity. *Revista Brasileira de Biologia*, v. 41, p. 223–230, 1981.

ALMEIDA, A. Q.; OLIVEIRA, P. T. S.; ALVES, J. M. Dinâmica hídrica em microbacias cultivadas com eucalipto e pastagem no leste de Minas Gerais, 2012.

ALMEIDA, E. P. C.; ZARONI, M. J.; SANTOS, H. G. Neossolo Quartzarênico. In: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). *Agência de Informação Tecnológica*. Brasília: EMBRAPA, 2013.

ANDRADE, E. R.; JARDIM, J. G.; SANTOS, B. A.; MELO, F. P. L.; TALORA, D. C.; FARIA, D.; CAZETTA, E. Effects of habitat loss on taxonomic and phylogenetic diversity of understory Rubiaceae in Atlantic forest landscapes. *Forest Ecology and Management*, v. 349, p. 73–84, 2015.

ASSUMPCÃO, J.; NASCIMENTO, M. T. Estrutura e composição florística de quatro formações vegetais de restinga no complexo lagunar Grussaí/Iquipari, São João da Barra, RJ, Brasil. *Acta Botanica Brasílica*, v. 14, n. 3, p. 301–315, 2000.

AUGUST, P. V. The role of habitat complexity and heterogeneity in structuring tropical mammal communities. *Ecology*, v. 64, p. 1495–1513, 1983.

BAHIA. Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006. Institui a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade. Salvador, 2006.

BAHIA. SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE (SEMA). Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Ponta da Baleia/Abrolhos. Volume I. Salvador, 2026. (Em elaboração).

BAHIA. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO (SEPLAN). Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário do Extremo Sul da Bahia. Salvador: SEPLAN, 2016.

BFG – THE BRAZIL FLORA GROUP. Growing knowledge: an overview of seed plant diversity in Brazil. *Rodriguésia*, v. 66, n. 4, p. 1085–1113, 2015.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, 2000.

- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Portaria nº 492, de 17 de dezembro de 2010. Reconhece o Mosaico do Extremo Sul da Bahia.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Portaria nº 445, de 17 de dezembro de 2014. Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção (peixes).
- BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Portaria nº 148, de 7 de junho de 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA (MME). Projeto RADAMBRASIL: folha SE.24 Rio Doce: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 544 p.
- BRITEZ, R. M.; PIRES, L. A.; REISSMANN, C. B.; PAGANO, S. N.; SILVA, S. M.; ATHAYDE, S. F.; LIMA, R. X. Ciclagem de nutrientes na planície costeira. In: MARQUES, M. C. M.; BRITEZ, R. M. (org.). *História natural e conservação da Ilha do Mel*. Curitiba: UFPR, 2005. p. 145–168.
- BUCKUP, P. A. The Eastern Brazilian Shield. In: ALBERT, J. S.; REIS, R. E. (org.). *Historical biogeography of Neotropical freshwater fishes*. Berkeley: University of California Press, 2011. p. 203–210.
- CABRERA, A.; WILLINK, A. *Biogeografía de América Latina*. Washington: OEA, 1973.
- CLIMATEMPO. Climatologia em Nova Viçosa (BA).
- CRACRAFT, J. Historical biogeography and patterns of differentiation within the South American avifauna. *Ornithological Monographs*, v. 36, p. 49–84, 1985.
- CUNHA, C. N.; PIEDADE, M. T. F.; JUNK, W. J. Classificação e delineamento das áreas úmidas brasileiras e de seus macrohabitats. Cuiabá: UFMT, 2015.
- DIAS, H. M. Avaliação do cenário para utilização dos recursos florísticos nativos de restingas para inclusão socioeconômica em Caravelas, Bahia. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

- DIAS, H. M.; SOARES, M. L. G. As fitofisionomias das restingas do município de Caravelas (Bahia-Brasil) e os bens e serviços associados. *Boletim técnico-científico do CEPENE*, v. 16, n. 1, p. 59–74, 2008.
- DOMINGUEZ, J. M. L. (org.). Costa das Baleias: caracterização da zona costeira dos municípios de Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri. Salvador: CBPM/UFBA, 2008.
- DOURADO, C. S.; OLIVEIRA, S. R. M.; ÁVILA, A. M. H. Análise de zonas homogêneas em séries temporais de precipitação no Estado da Bahia. *Bragantia*, v. 72, n. 2, p. 192–198, 2013.
- DUESER, R. D.; SHUGART JUNIOR, H. H. Microhabitats in a forest-floor small mammal fauna. *Ecology*, v. 59, n. 1, p. 89–98, 1978.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 5. ed. rev. e ampl. Brasília: EMBRAPA, 2018.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Mapas de solos, erodibilidade, suscetibilidade e vulnerabilidade dos solos brasileiros à erosão hídrica. Brasília: EMBRAPA, 2020.
- FARIA, D.; DELABIE, J. H. C.; DIAS, M. H. Biodiversity. In: MARQUES, M. C. M.; GRELE, C. E. V. (org.). *The Atlantic Forest: history, biodiversity, threats and opportunities*. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2021. p. 63–90.
- FARIAS, E. S.; SILVA, G. M. F.; SILVA, J. B. L.; SILVA, D. P.; PIRES, L. C. Caracterização hidrológica das bacias hidrográficas dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu. *Scientia Plena*, v. 16, n. 8, 2020.
- FERNANDES, M. F.; QUEIROZ, L. P. Floristic surveys of Restinga Forests in southern Bahia, Brazil, reveal the effects of geography on community composition. *Rodriguésia*, v. 66, n. 1, p. 51–73, 2015.
- FONSECA, G. A. B.; HERRMANN, G.; LEITE, Y. L. R.; MITTERMEIER, R. A.; RYLANDS, A. B.; PATTON, J. L. Lista anotada dos mamíferos do Brasil. *Occasional Papers in Conservation Biology*, n. 4, p. 1–38, 1996.
- FONSECA, G. A. B.; HERRMANN, G.; LEITE, Y. L. R. Macrogeography of Brazilian mammals. In: EISENBERG, J. F.; REDFORD, K. H. (org.). *Mammals of the Neotropics*. Chicago: University of Chicago Press, 1999. p. 549–563.
- FRANKEL, O. H.; SOULÉ, M. E. Conservation and evolution. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

FREITAS, D. M.; RAMOS, A. L. A.; SANO, E. E.; BORGES, K. M. R.; SILVESTRE, K. S. Mapas dos manguezais do Brasil. In: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Atlas dos Manguezais do Brasil*. Brasília: ICMBio, 2018. p. 121–178.

GOMES, C. S.; MENDES JUNIOR, A. P. Aparato conceitual sobre áreas úmidas (wetlands) no Brasil: desafios e opiniões de especialistas. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 37, n. 3, p. 484–508, 2017.

GONZAGA, L. A. P. Voa araponga, voa macuco, que o homem vem aí. *Ciência Hoje*, v. 2, n. 11, p. 18–24, 1984.

HENSOLD, N.; OLIVEIRA, A. L. R.; GIULIETTI, A. M. *Syngonanthus restingensis* (Eriocaulaceae): a remarkable new species endemic to Brazilian coastal shrublands. *Phytotaxa*, v. 40, n. 1, p. 1–11, 2012.

HERCOG, B.; NÓBREGA, C. Oficina de sensibilização para o fortalecimento do COMAPES: projeto de criação e gestão integrada de áreas protegidas no sul da Bahia. 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Manual técnico de geomorfologia. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Clima do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. Dados geoespaciais (shapefile).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Biomas e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250.000. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Bahia – panorama.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Plano de Manejo da Reserva Extrativista de Cassurubá. Encarte 2: planejamento. Brasília: ICMBio, 2013.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Plano de Manejo da Reserva Extrativista de Cassurubá: diagnóstico – volume I. Brasília, 2018.

ICMBIO – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Plano de Manejo da Reserva Extrativista de Cassurubá. Caravelas, 2019.

INEMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Mapeamento de cobertura vegetal do estado da Bahia. Salvador, 2019.

INEMA – INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Regiões de Planejamento e Gestão das Águas – RPGAs. [s.d.]

INEMA - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Comitê de Bacias Hidrográficas dos rios Peruípe, Itanhém e Jucuruçu. [s.d.].

INMET – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. Dados e informações sobre normais climatológicas. 2021.

INMET – INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. Dados e informações recentes sobre pluviometria. 2021.

JUNK, W. J.; PIEDADE, M. T. F. Áreas úmidas (AUs) brasileiras: avanços e conquistas recentes. *Boletim da Associação Brasileira de Limnologia*, v. 41, n. 2, p. 20–24, 2015.

LEDO, R. M. D.; COLLI, G. R. The historical connections between the Amazon and the Atlantic Forest revisited. *Journal of Biogeography*, v. 44, n. 11, p. 2551–2563, 2017.

LIMA, R. A. F.; OLIVEIRA, A. A.; PITTA, G. R.; CHAVE, J.; PRADO, P. I.; SANTOS, A. C.; ALVES, L. F.; VIEIRA, S.; MARTINELLI, G.; THOMAS, W. W. The erosion of biodiversity and biomass in the Atlantic Forest biodiversity hotspot. *Nature Communications*, v. 11, art. 6347, 2020.

LINS-E-SILVA, A. C. B.; FERREIRA, P. S. M.; RODAL, M. J. N. The North-Eastern Atlantic Forest: biogeographical, historical, and current aspects in the sugarcane zone. In: MARQUES, M. C. M.; GRELE, C. E. V. (org.). *The Atlantic Forest*. Cham: Springer, 2021. p. 45–61.

MAGNAGO, L. F.; MARTINS, S. V.; SCHAEFER, C. E. G. R.; NERI, A. V. Restinga forests of the Brazilian coast: richness and abundance of tree species on different soils. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 84, n. 3, p. 807–822, 2012.

MAGNAGO, L. F. S.; MARTINS, S. V.; SCHAEFER, C. E. G. R.; NERI, A. V. Structure and diversity of restingas along a flood gradient in southeastern Brazil. *Acta Botanica Brasilica*, v. 27, n. 4, p. 801–809, 2013.

MAGRIS, R. A.; BARRETO, R. Mapping and assessment of protection of mangrove habitats in Brazil. *Pan-American Journal of Aquatic Sciences*, v. 5, n. 4, p. 546–556, 2010.

- MARQUES, M. C. M.; TRINDADE, W.; BOHN, A.; GRELE, C. E. V. The Atlantic Forest: an introduction to the megadiverse forest of South America. In: MARQUES, M. C. M.; GRELE, C. E. V. (org.). *The Atlantic Forest: history, biodiversity, threats and opportunities*. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2021. p. 3–23.
- MARQUES, M. C. M.; SILVA, S. M.; LIEBSCH, D. Coastal plain forests in southern and southeastern Brazil: ecological drivers, floristic patterns and conservation status. *Brazilian Journal of Botany*, v. 38, n. 1, p. 1–18, 2015.
- MARTIN, L.; BITTENCOURT, A. C. S. P.; VILAS BOAS, G. S.; FLEXOR, J. M. Mapa geológico do quaternário costeiro do estado da Bahia: escala 1:250.000. Salvador: Secretaria das Minas e Energia, 1980.
- MARTINS, M. L. L. Fitofisionomia das formações vegetais da restinga da Área de Proteção Ambiental de Guaibim, Valença, Bahia, Brasil. *Revista Brasileira de Biociências*, v. 10, n. 1, p. 66–73, 2012.
- MATA, V. P. Ocorrência natural e aspectos de interesse agrônômico de *Dalbergia ecastaphyllum* (L.) Taubert (Fabaceae) no estado da Bahia: base para a produção da própolis vermelha. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.
- MEA – MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and human well-being: synthesis. Washington: Island Press, 2005.
- MENEZES, N. A.; WEITZMAN, S. H.; OYAKAWA, O. T.; LIMA, F. C. T.; CORRÊA E CASTRO, R. M.; WEITZMAN, M. J. Peixes de água doce da Mata Atlântica: lista preliminar das espécies e comentários sobre conservação. São Paulo: Museu de Zoologia da USP, 2007.
- MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, v. 403, p. 853–858, 2000.
- MONTEIRO-FILHO, E. L. A.; CONTE, C. E. (org.). Revisões em Zoologia: Mata Atlântica. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2017.
- MORRONE, J. J. Biogeografía de América Latina y el Caribe. Zaragoza: Sociedad Entomológica Aragonesa, 2001.
- MORRONE, J. J. Neotropical biogeography: regionalization and evolution. Boca Raton: CRC Press, 2017.
- MOURA-LEITE, J. C.; BÉRNILS, R. S.; MORATO, S. A. A. Método para a caracterização da herpetofauna em estudos ambientais. In: JUCHEN, P. et al.

(org.). *Manual de Avaliação de Impactos Ambientais*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 1993. p. 1–6.

MÜLLER, P. The dispersal centres of terrestrial vertebrates in the Neotropical Realm. The Hague: Dr. W. Junk, 1973.

MYERS, N.; MITTERMEIER, R. A.; MITTERMEIER, C. G.; FONSECA, G. A. B.; KENT, J. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, v. 403, p. 853–858, 2000.

OLIVEIRA, A. T. R.; O'NEILL, M. M. V. C. Cenário sociodemográfico em 2022/2030 e distribuição territorial da população. In: FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *A saúde no Brasil em 2030*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 41–93.

OSTROSKI, P.; SAITER, F. Z.; AMORIM, A. M.; FIASCHI, P. Endemic angiosperms in Bahia Coastal Forests, Brazil: an update using a newly delimited area. *Biota Neotropica*, v. 18, n. 4, 2018.

PEDREIRA, M. S. Complexo florestal, desenvolvimento e reconfiguração do espaço rural: o caso do Extremo Sul baiano. *Bahia Análise & Dados*, v. 13, n. 4, p. 193–206, 2004.

PERES, E. A.; PINTO-DA-ROCHA, R.; LOHMANN, L. G.; MICHELANGELI, F. A.; MIYAKI, C. Y.; CARNAVAL, A. C. Patterns of species and lineage diversity in the Atlantic Rainforest of Brazil. In: RULL, V.; CARNAVAL, A. C. (org.). *Neotropical diversification*. Cham: Springer, 2020. p. 415–447.

QUEIROZ, A. L. C. P.; ALMEIDA, I. C. Porto Sauípe: o traçado de uma linha e as transformações no verde. Salvador: UNIFACS, 1997.

RADAMBRASIL. Folhas SF.23/24 Rio de Janeiro/Vitória: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1987.

RIBEIRO, G. A. A queima controlada no manejo do fogo. In: SOARES, R. V.; BATISTA, A. C.; NUNES, J. R. S. (org.). *Incêndios florestais no Brasil: o estado da arte*. Curitiba, 2009.

RIBEIRO, M. C.; METZGER, J. P.; MARTENSEN, A. C.; PONZONI, F. J.; HIROTA, M. M. The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? *Biological Conservation*, v. 142, n. 6, p. 1141–1153, 2009.

ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; VAN SLUYS, M.; ALVES, M. A. S. *Biologia da conservação: essências*. São Carlos: RIMA, 2006.

ROSA, M. R.; BRANCALION, P. H. S.; CROUZEILLES, R.; TAMBOSI, L. R.; PIFFER, P. R.; LENTI, F. E.; HIROTA, M. M.; METZGER, J. P. Hidden destruction of older forests threatens Brazil's Atlantic Forest. *Science Advances*, v. 7, n. 4, eabc4547, 2021.

SANTOS, A. N. Diagnóstico das condições geoambientais da orla marítima da Costa das Baleias, extremo sul do Estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Geologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

SANTOS, M. B. A ocorrência da espécie ameaçada de extinção *Jacquinia armillaris* como ferramenta para o planejamento territorial da Área de Proteção Ambiental Ponta da Baleia – Abrolhos, BA. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Faculdade Teixeira de Freitas, 2009.

SANTOS, V. J. Restingas do estado da Bahia: riqueza, diversidade e estrutura. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013.

SARCINELLI, T. S. Muçunungas: enclaves de vegetação arenícola na Floresta Atlântica de tabuleiro. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

SEBRAE. Seminário Café com Turismo traz resultados de pesquisa na Costa das Baleias. *Agência Sebrae de Notícias*, Bahia, 2019.

SEKERCIOGLU, C. H. Increasing awareness of avian ecological functions. *Trends in Ecology and Evolution*, v. 21, n. 8, p. 464–471, 2006.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (SGB). Mapa geológico do estado da Bahia. Brasília: CPRM, 2003. Escala 1:1.000.000.

SILVA, E. G.; SILVA, E. R.; ALMEIDA, J. R. Avaliação dos impactos ambientais nos estuários das regiões de Caravelas e Mucuri (BA, Brasil) com base no modelo pressão-estado-impacto-resposta (PEIR). *Revista Internacional de Ciências*, v. 6, n. 1, p. 1–20, 2016.

SILVA, J. M. C.; CASTELETI, C. H. Estado da biodiversidade da Mata Atlântica brasileira. In: GALINDO-LEAL, C.; GUSMÃO-CÂMARA, I. (org.). *Mata Atlântica: biodiversidade, ameaças e perspectivas*. Belo Horizonte: Fundação SOS Mata Atlântica; Conservação Internacional, 2005. p. 43–59.

SILVA, J. M. C.; RAPINI, A.; BARBOSA, L. C. F.; TORRES, R. R. Extinction risk of narrowly distributed species of seed plants in Brazil due to habitat loss and climate change. *PeerJ*, v. 7, e7333, 2019.

SILVEIRA, L. F.; BEISIEGEL, B. M.; CURCIO, F. F.; VALDUJO, P. H.; DIXO, M.; VERDADE, V. K.; MATTOX, G. M. T.; CUNNINGHAM, P. T. M. Para quem servem os inventários de fauna? *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 173–207, 2010.

SOBRAL-SOUZA, T.; LIMA-RIBEIRO, M. S.; SOLFERINI, V. N. Biogeography of Neotropical rainforests: past connections between Amazon and Atlantic Forest detected by ecological niche modeling. *Evolutionary Ecology*, v. 29, n. 5, p. 643–655, 2015.

SOLÓRZANO, A.; BRASIL, L. S. C.; OLIVEIRA, R. R. The Atlantic Forest ecological history: from pre-colonial times to the Anthropocene. In: MARQUES, M. C. M.; GRELE, C. E. V. (org.). *The Atlantic Forest*. Cham: Springer, 2021. p. 25–42.

SOUZA, E. E. Tamanho das cidades e qualificação dos migrantes no estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SOUZA, S. O. Proposta de zoneamento geoambiental como subsídio ao planejamento do uso e ocupação na região Costa das Baleias (Bahia). Campinas, 2017.

SOUZA, S. O.; VALE, C. C. Vulnerabilidade ambiental da planície costeira de Caravelas (BA) como subsídio ao ordenamento ambiental. *Sociedade & Natureza*, v. 28, n. 1, p. 147–159, 2016.

SPANGHERO, P. S. F.; OLIVEIRA, R. C. Mapeamento do uso e ocupação da terra do município de Alcobaça, Bahia. Campinas, 2015.

SPERA, S. T.; SANTOS, H. G.; ANJOS, L. H. C.; SILVA, E. F. Solos areno-quartzosos no cerrado: características, problemas e limitações ao uso. Brasília, 1999.

SPINOLA, C. O impacto sociocultural da atividade turística na Praia do Forte. Dissertação (Mestrado) – UNIFACS, Salvador, 1997.

STATTERSFIELD, A. J.; CROSBY, M. J.; LONG, A. J.; WEGE, D. C. Endemic bird areas of the world: priorities for biodiversity conservation. Cambridge: BirdLife International, 1998.

TOZETTI, A. M.; SAWAYA, R. J.; MOLINA, F. B.; BÉRNILS, R. S. Répteis. In: MONTEIRO-FILHO, E. L. A.; CONTE, C. E. (org.). *Revisões em Zoologia: Mata Atlântica*. Curitiba: UFPR, 2017. p. 315–364.

VALENTE, R. M.; SILVA, J. M. C.; STRAUBE, F. C.; NASCIMENTO, J. L. X. (org.).
Conservação de aves migratórias neárticas no Brasil. Belém: Conservação
Internacional, 2011.

VIVO, M. A mastofauna da Floresta Atlântica: padrões biogeográficos e
implicações conservacionistas. In: REUNIÃO ESPECIAL DA SBPC, 5., 1997,
Blumenau. Anais... Blumenau, 1997. p. 60–63.

WWF – WORLD WIDE FUND FOR NATURE. Você sabe o que é uma Reserva da
Biosfera? 2018.

ANEXO I

ESTRUTURAS REGISTRADAS NA ÁREA DE ESTUDO RELACIONADAS À OBRA E VIDA DE FRANS KRAJCBERG

A visita técnica permitiu evidenciar 18 estruturas relevantes na área, espacializadas na imagem abaixo:

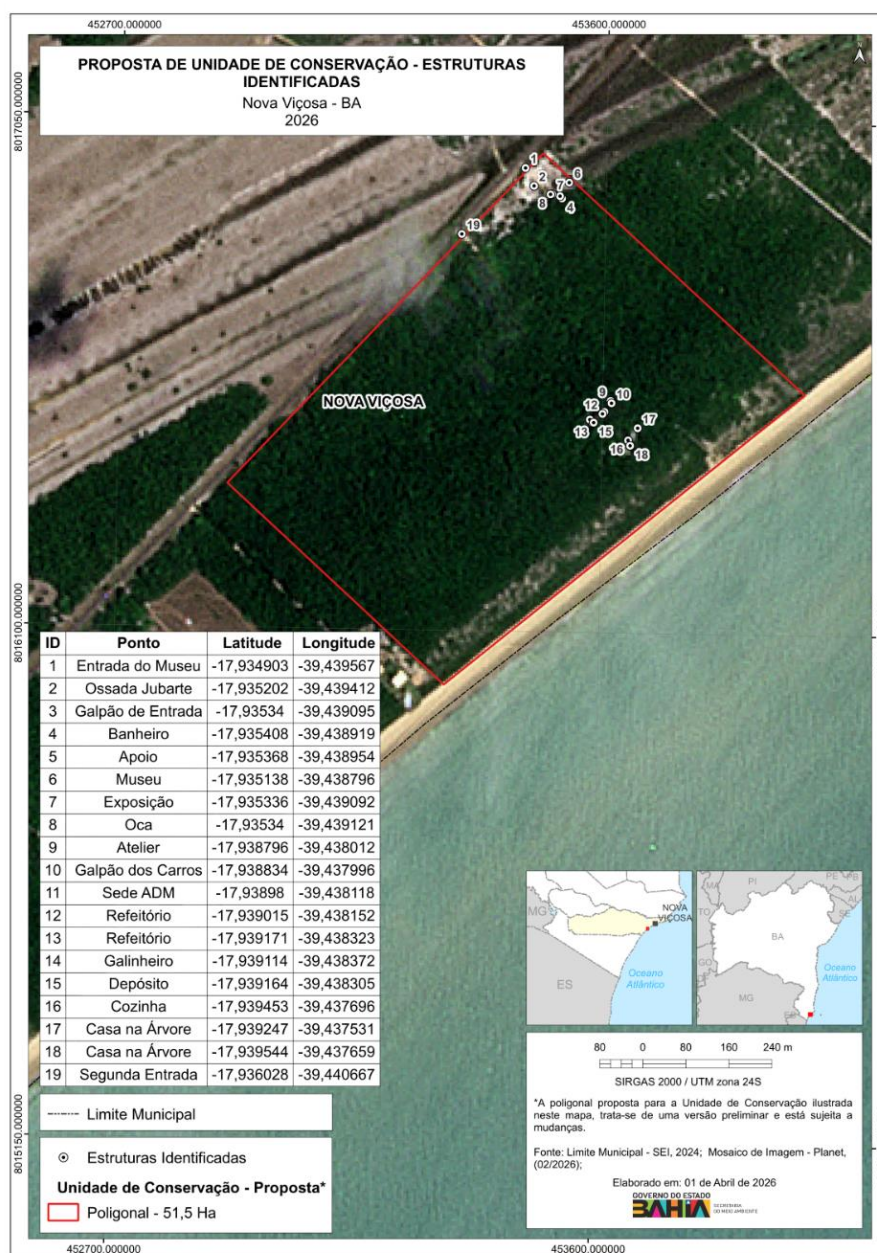


Figura 26. Mapa das estruturas identificadas. Elaboração: SEMA, 2026.



ID 1 – Entrada do Sítio Natura, Museu de Frans Krajcberg.



ID 2 - Galpão para disposição de ossada de Baleia Jubarte. Dimensões aproximadas: 14,40m x 19,80m.



ID 3 - Galpão de apoio aos seguranças. Dimensões aproximadas: não aferidas.



ID 4 – Banheiro com chuveiro para apoio aos seguranças na entrada principal.
Dimensões aproximadas: 2,70m x 3,20m.



ID 5 – Casa de apoio na entrada. Dimensões estimadas: 13m x 4m.



ID 6 – Museu para exposição de telas. Dimensões estimadas: 14,20m x 8,30m.



ID 7 – Sala para exposição de obras. Dimensões estimadas: 15m x 13m.



ID 8 – Oca para exposição de obras. Dimensões estimadas: 10,70m de raio.



ID 9 – Atelier de Frans Krajcberg, com quarto no andar superior, banheiro e sala de revelação fotográfica no térreo. Dimensões estimadas: 12,20m x 12,20m.



ID 10 – Antigo galpão de montagem de obras e exposição, hoje garagem.
Dimensões estimadas: 27,10m x 8m.



ID 11 – Sede administrativa ao lado do Atelier, com banheiro e escritório. Dimensões estimadas: 6,10m x 5,80m.



ID 12 – Garagem para os seguranças e depósito. Dimensões estimadas: 5,70m x 7,20m.



ID 13 - Refeitório e vestiário dos seguranças. Dimensões estimadas: 7,90m x 6,90m.



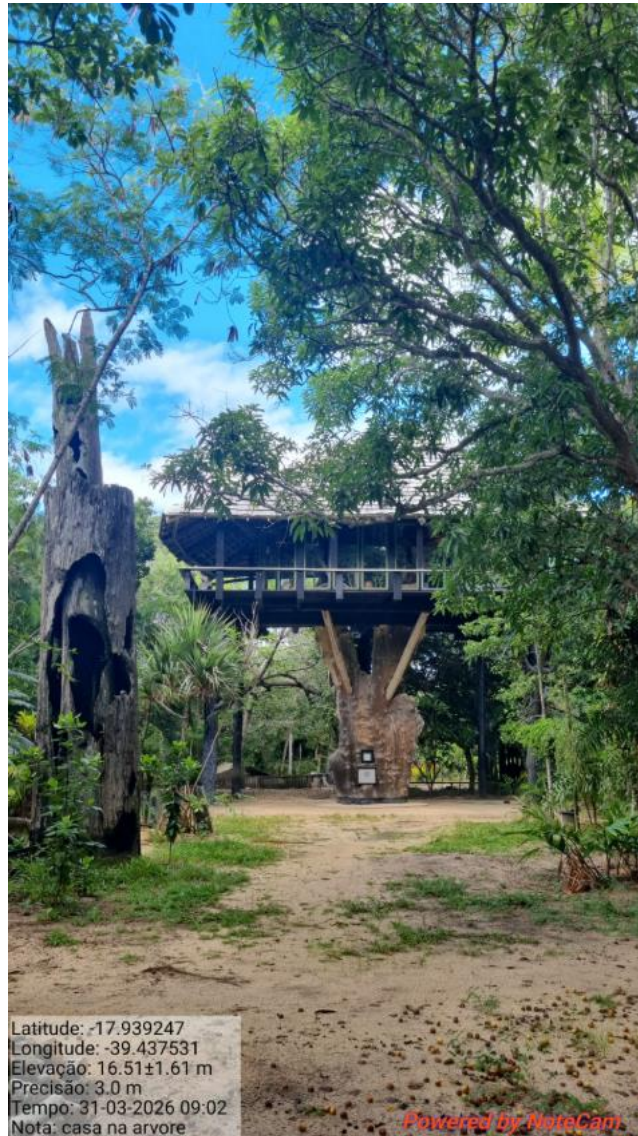
ID 14 – Galinheiro com galinhas. Dimensões estimadas: 7,40m x 5,10m.



ID 15 - Galpão com depósito de materiais, veículos e ferramentas. Dimensões estimadas: 14,20m x 8,10m.



ID 16 – Cozinha de Frans Krajcberg com fogão a lenha. Dimensões estimadas: 6 lados de 3,30m.



ID 17 – Casa na árvore de Frans Krajcberg, com sala, quarto e banheiro. Dimensões estimadas: 11,40m x 12,50m.



ID 18 - Criação de jabutis de Frans Krajcberg. Dimensões estimadas: 6,80m x 4,50m.